



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA

MESTRADO INTEGRADO EM TEOLOGIA (1.º grau canónico)

JOSÉ MANUEL VALENTE BRAVO

LEI, LIBERDADE E FIDELIDADE
Na Teologia Moral de Bernhard Häring

Dissertação Final
sob orientação de:

Prof. Doutor Domingos de Paiva Valente da Silva Terra
Prof. Doutor Jerónimo dos Santos Trigo

Lisboa
2013

Índice

Introdução	2
Capítulo I – O Desenvolvimento da Teologia Moral	5
1. A Teologia Moral Casuística e as suas características.....	6
2. O Século XIX. Da Escola de Tubinga à Renovação Tomista da Teologia Moral ...	10
Síntese do capítulo I	13
Capítulo II – Sinais de Renovação anteriores ao Concílio Vaticano II: A Lei de Cristo de Bernhard Häring	16
1. O Autor.....	16
2. Sinais de Renovação na obra <i>A Lei de Cristo</i>	19
2.1. Cristo como Fundamento.....	20
2.2. Conceito de Liberdade.....	25
2.3. Conceito de Consciência.....	29
2.4. Conceito de Lei Eterna.....	34
Síntese do Capítulo II	38
Capítulo III – O contributo de Bernhard Häring para a Teologia Moral no Concílio Vaticano II	41
1. A Constituição <i>Lumen Gentium</i>	42
2. O Decreto <i>Optatam Totius</i>	43
3. A Constituição <i>Sacrossanctum Concilium</i>	47
4. A Declaração <i>Dignitatis Humanae</i>	48
5. A Constituição <i>Gaudium et Spes</i>	48
5.1. A moral cristocêntrica da <i>Gaudium et Spes</i>	51
5.2. A <i>Gaudium et Spes</i> 16: a consciência moral.....	52
Síntese do capítulo III	58
Capítulo IV – No pós-Concílio: uma nova teologia moral na obra "Livres e Fiéis em Cristo" de Bernhard Häring	60
1. A obra <i>Livres e Fiéis em Cristo</i> : que novidade?.....	61
2. Liberdade criativa e fidelidade na responsabilidade.....	63
2.1. Fidelidade, alicerce da Verdade.....	64
2.2. Ser responsável, livre, criativo e fiel em Jesus Cristo.....	67
3. A Consciência como Santuário da Fidelidade e Liberdade Criativa.....	75
3.1. A visão bíblica da consciência.....	76
3.2. A Consciência como realidade complexa.....	79
3.3. A consciência na fidelidade e liberdade criativas.....	81
3.4. Uma consciência radicada em Cristo.....	85
3.5. Consciência e Pecado.....	88
Síntese do capítulo IV	91
Conclusão	94
Bibliografia	96

Introdução

Esta dissertação, para além de completar o meu percurso académico na área da Teologia que se iniciou no Instituto Superior de Teologia de Évora, veio ao encontro de temáticas que têm marcado o meu percurso existencial e cujo estudo, de uma forma mais exigente, poderá ser de grande utilidade na minha futura ação pastoral como sacerdote ao serviço da Igreja na Diocese de Beja.

Olhando em retrospectiva sinto que o meu percurso como cristão, tem sido marcado pela preocupação de ser livre na responsabilidade, e de partilhar com os outros os horizontes que a fé me tem aberto. Escolhi, por isso, Bernhard Häring, ao descobri-lo casualmente nas minhas leituras, pois senti de imediato uma grande empatia pelo seu pensamento, sentimento este que foi ganhando consistência com a leitura das suas obras. Neste processo tive ocasião de perceber a importância de Häring na elaboração de documentos estruturantes do Concílio Vaticano II que foram fundamentais na renovação da Igreja, dos Estudos Teológicos e da Teologia Moral em particular. Acresce a este facto a atualidade das celebrações dos cinquenta anos da convocação do Vaticano II.

A presente Dissertação desenrola-se em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, procura-se fornecer o pano de fundo histórico no qual se situa o debate sobre a Teologia Moral e os seus desenvolvimentos desde o século XVII, nomeadamente desde a chamada moral casuística até ao pré-Concílio, onde já começam a ter início fermentos de renovação no campo da Teologia Moral, através dos movimentos de renovação teológica, entre os quais estão os movimentos bíblico, e litúrgico.

No segundo capítulo pretende-se apresentar o grande contributo de B. Häring para a renovação da Teologia Moral no período pré-conciliar, concretamente na obra A

Lei de Cristo (1954), e, em especial, o seu primeiro volume intitulado *Teologia Moral Geral*, do qual foram seleccionados os seguintes temas: liberdade, consciência e lei eterna. A escolha destes teve como principais motivos a sua pertinência e atualidade, mas também a continuidade temática entre esta obra pré-conciliar e aquela outra pós-conciliar, intitulada *Livres e Fiéis em Cristo*. Sem esquecer que alguns destes temas são também tratados no Concílio, nomeadamente os temas da consciência e da liberdade, para os quais B. Häring deu o seu contributo, como oportunamente teremos ocasião de ver.

No terceiro capítulo, apresenta-se o contributo que B. Häring deu para o desenvolvimento da Teologia Moral nos textos e no espírito conciliar. Deste modo, destacam-se alguns dos documentos conciliares mais importantes entre os quais estão o *Decreto sobre a Formação Sacerdotal (Optatum Totius)*, o número 16 em concreto, e a *Constituição Pastoral sobre a Igreja no Mundo Actual (Gaudium et Spes)*, de modo especial o número 16, que trata justamente da consciência moral.

O quarto capítulo trata de alguns temas da obra *Livres e Fiéis em Cristo*, volume I, de modo especial as temáticas da liberdade e da consciência, as quais denotam não só a continuidade temática com *A Lei de Cristo*, mas ao mesmo tempo se situam na continuidade com alguns dos temas tratados pelo próprio Concílio, como por exemplo, o tema da consciência, no número 16 da *Gaudium et Spes*, para o qual, como veremos, B. Häring deu um contributo único.

Desejaria aproveitar também este momento para reconhecer que teria sido difícil chegar aqui sem alguns apoios que quero sublinhar e agradecer: em primeiro lugar, à Diocese de Beja, à qual pertenco e que muito amo; ao Bispo de Beja, D. António Vitalino Dantas, que sempre me estimulou, ao Padre Doutor Manuel António do Rosário, pelo apoio incondicional que me tem prestado e por me fazer acreditar que sou

capaz, a ele devo muito do que sou. No Padre Doutor Manuel António agradeço à Comunidade Paroquial de Grândola e todos os seus colaboradores que desde a primeira hora me acolheram no Senhor.

O meu agradecimento sincero é ainda extensivo ao Padre Doutor Domingos Terra e ao Padre Doutor Jerónimo Trigo, que me acompanharam na orientação desta Dissertação, bem como ao meu amigo, o Mestre Luís F. de Oliveira Marques que também contribuiu para que levasse a bom porto esta tarefa.

Trago à memória ainda todos os que contribuíram para a minha formação académica, agradecendo a todos os professores do Instituto Superior de Teologia de Évora, bem como aos professores que foram meus docentes na Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa. Por fim, quero agradecer a todos os amigos anónimos que rezaram por mim ao longo destes anos de estudo, sofrimentos e alegrias, realço os meus pais (a eles devo a minha existência e a transmissão dos valores) e a minha irmã, pois é grande o meu amor por eles, bem como à minha grande amiga Olívia Faustino que sempre esteve a meu lado e nela, à comunidade cristã de Moura, que me viu crescer e que me tem acompanhado fraternamente. A todos os que tiveram alguma responsabilidade neste período de formação o meu muito obrigado e que Deus vos abençoe.

CAPÍTULO I

O Desenvolvimento da Teologia Moral

Para estudar o contributo de Bernard Häring na renovação da Teologia Moral, é preciso, antes de mais, delimitar no espaço e no tempo a importância e o desenvolvimento que teve esta disciplina no quadro geral das disciplinas teológicas mas também no ensino eclesial. Deste modo, importa tentar uma apresentação sintética do desenvolvimento da Teologia Moral.

Tal apresentação far-se-á mediante uma delimitação metodológica e cronológica, pois não é objetivo deste trabalho fazer a história da Teologia Moral. Agora procura fornecer o pano de fundo histórico no qual se situa o debate sobre a Teologia Moral, e os seus desenvolvimentos desde o século XVII, período a partir do qual se desenvolveu a chamada teologia moral casuística, passando pelo século XIX onde já se conhecem sementes de um novo enquadramento, até ao século XX, período no qual assistimos a uma viragem no âmbito da Teologia Moral e dos seus fundamentos, período este que se pode situar no período imediatamente anterior ao Concílio Vaticano II (1962-1965), na sua receção no próprio Concílio e no pós-Concílio.

Na verdade, até ao dealbar do Concílio Vaticano II, a Teologia Moral católica ainda se encontra fortemente marcada por uma conceção casuística da mesma, não obstante as sementes de renovação já lançadas, e que são justamente como que o fermento na massa que possibilitou, como veremos, uma mudança nos fundamentos e até na prática da Teologia Moral. Com certeza, para a consolidação dessa mudança foi paradigmático o contributo do redentorista Bernhard Häring, quer antes do Concílio,

com a obra *Lei de Cristo*¹, quer durante o Concílio Vaticano II, no qual ele participou como *peritus*, e ainda depois do II Concílio do Vaticano mediante a obra *Livres e Fiéis em Cristo*². Não obstante, para chegarmos a este momento, tentaremos delinear o percurso histórico que até ele nos conduziu, ainda que de forma bastante resumida.

1. A Teologia Moral Casuística e as suas características

A moral casuística tem o seu início objetivo com a publicação da obra “*Institutiones Theologiae Moralis*” do jesuíta espanhol Juan Azor em 1600. São vários os fatores que estiveram na sua origem: “*o renascimento do tomismo, a reforma tridentina, sobretudo em relação com o sacramento da penitência, e a organização dos estudos na Companhia de Jesus*”³.

Não se pode, porém, deixar de considerar também a influência que tiveram determinados movimentos e escolas no surgimento e consolidação da casuística, como é o caso do nominalismo. Na verdade, “*foram os ockhamistas os que depois de S. Tomás dominaram o campo da Moral. O conceito de “singular” deu uma tonalidade individualista, voluntarista e legalista a toda a ética*”⁴. É igualmente com a casuística que se dá uma separação da Teologia Moral em relação à Sagrada Escritura e à Teologia Dogmática em geral, e uma ligação efetiva ao Direito Canónico, que permanecerá praticamente até ao Concílio Vaticano II.

¹ Cf. B. HÄRING, *A Lei de Cristo. Teologia Moral para sacerdotes e leigos*, Tomo I-III, Ed. Herder, São Paulo, 1960.

² Cf. B. HÄRING, *Livres e Fiéis em Cristo*, Tomo I-III, Edições Paulinas, São Paulo, 1984.

³ M. VIDAL, *Diccionario de Ética Teológica*, Verbo Divino, Navarra, 2000, 83-84.

⁴ *Ibidem*.

O desenvolvimento da moral casuística cobre um arco temporal que se estende desde o séc. XVII até ao Concílio Vaticano II, como sustenta Marciano Vidal⁵. A casuística desenvolveu-se muito com os confrontos entre probabilistas e probabilioristas, sobretudo pelos exageros de certos autores probabilistas que caíram no laxismo, o que gerou reações de sentido inverso. Para o probabilismo (do latim *probabilis*) as opiniões são sempre hipóteses e cada uma tem sempre um maior ou menor grau de probabilidade de estar certa. Por isso, “*a consciência não tem de seguir uma lei, quando autores sérios indicam outras soluções. A perspectiva é a da liberdade. Não se busca tanto a verdade em geral, mas a segurança para o agir concreto. Basta uma opinião provável; portanto, não é necessário buscar uma segurança maior. Para uma opinião ser provável tem de ter um índice sério de verdade, mesmo se a contrária tem índices maiores*”⁶. Com efeito, uma opinião com muita probabilidade, ou às vezes com pouca deve ser seguida, ainda que haja outra que tenha muitas probabilidades, o probabiliorismo (do latim *probabilior*).

No meio desta contenda, surge uma tentativa de mediação protagonizada por Santo Afonso Maria de Ligório (1696-1787) e o seu equiprobabilismo, um probabilismo moderado. A moral de Santo Afonso Maria de Ligório foi muito difundida e a sua influência sentir-se-á ao longo de todo o século XIX, embora possamos afirmar com alguma segurança que o rigorismo, manifestado em expressões mais moderadas, será a corrente predominante na Teologia Moral católica, quase até aos nossos dias. A sua fama e autoridade, com a sua beatificação, em 1816 e canonização, em 1839, aumentou consideravelmente. Como moralista, foi assumida a sua superioridade aquando da sua proclamação como Doutor da Igreja, em 1871.

⁵ Cf. M. VIDAL, *Moral de Actitudes 1*, PS Editorial, Madrid, 1991, 109.

⁶ J. TRIGO, *Moral, Ética e Teologia Moral*, apontamentos para os alunos, UCP, Lisboa, 2003, 5.

Houve mesmo vários manuais de Moral que foram difundidos nesta altura, tendo alcançado maior difusão o de A. Ballerini em 1881, que foi completado posteriormente por D. Palmieri. Estes manuais de Moral não continham ainda reflexões no âmbito da Doutrina Social da Igreja, uma vez que esta só terá o seu início mais formal com a encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII, publicada em 1891, no contexto da “*questão social*”.

Em síntese a moral casuística, apesar do longo desenvolvimento e da sua complexidade, poder-se-ia caracterizar teoricamente por cinco aspetos tal como os apresenta Marciano Vidal na sua obra *Moral de Actitudes*⁷, e que correspondem à exposição elaborada nos manuais deste tipo de moral. Numa apresentação esquemática teríamos:

a) Desvinculação de uma síntese teológica

Esta desvinculação significa não uma autonomia da disciplina, enquanto tal, mas um afastamento das fontes teóricas onde se baseia o agir moral. Assim a casuística encontrava-se desvinculada quer da Escritura, quer da Teologia (Cristologia, Eclesiologia, Sacramentologia).

b) Legalismo excessivo

A moral casuística, tendo surgido e tendo-se desenvolvido num ambiente legalista, caracterizava-se naturalmente por ter ela mesma uma configuração do género, que se reflete na importância dada à categoria de *obrigação* e à *lei positiva*, nomeadamente da lei eclesiástica.

⁷ Cf. M. VIDAL, *Moral de Actitudes I*, 111-113.

c) Positivismo teológico e pragmatismo moral

A moral casuística no seu estudo e no seu ensino, dava especial relevo ao positivismo teológico quando privilegiava o argumento da autoridade. Por exemplo, uma citação bíblica, um documento dum magistério ou a unanimidade de opinião de vários moralistas. Este positivismo teológico e pragmatismo expressava-se também por não submeter a qualquer revisão outros desenvolvimentos e soluções a que se chegava, uma vez que a sua preocupação estava em retirar aplicações de princípios indiscutivelmente aceites, e não em fundamentar os valores da moral.

d) Desvinculação da filosofia

A moral depois de Trento pouco se confrontou e dialogou com o pensamento filosófico do seu tempo. Ainda que S. Tomás de Aquino tenha constituído o seu *corpus* moral em diálogo com Aristóteles, a verdade é que a casuística raramente considerou as correntes ideológicas do seu tempo.

e) Excessiva vinculação à prática penitencial

Devedora dos Livros Penitenciais (séc. VII-XII)⁸ e das *Sumas* para Confessores (séc. XIV-XVI)⁹, a casuística mantinha uma relação direta e imediata com a práxis penitencial, o que explica em parte que os manuais de moral casuística fossem pensados para a preparação em vista do Sacramento da Penitência. Esta vinculação à prática penitencial da Igreja fez com que a moral casuística considerasse especificamente determinados aspetos. A saber: a preferência por determinar os pecados e a insistência no caso concreto, ainda que tais casos fossem analisados, pensados sem qualquer relação com as ciências antropológicas. Daí que a casuística também seja chamada

⁸ Cf. *Ibidem*, 106.

⁹ Cf. B. HÄRING, *A Lei de Cristo I*, 61.

“moral de atos”, uma vez que dava prevalência aos aspetos práticos em ordem à prática penitencial, o que a tornou uma “moral de sacerdotes e para sacerdotes”, em que os leigos, como sujeitos e destinatários da reflexão moral, estão ausentes.

2. O século XIX. Da escola de Tubinga à renovação tomista da Teologia Moral

A Teologia Moral conheceu um franco desenvolvimento na primeira metade do século XIX, que tem em J.M. Sailer o autor mais importante, o qual, no seu livro sobre moral cristã, pretende apresentar uma exposição geral da vida cristã que visava não só os clérigos mas também os fiéis. A originalidade de J. M. Sailer, como evidencia Louis Vereecke, consistiu não num afastamento da moral casuística, mas na adopção de uma conceção dinâmica da moral, cujo eixo é a Caridade, o que confere à moral uma dimensão prática.¹⁰

Apesar deste contributo fundamental, é à Escola de Tubinga que se deve um desenvolvimento eficaz da renovação da Teologia Moral na Alemanha, e, depois, em toda a Igreja. A Teologia Moral que aí se começa a delinear e a traduzir é inspirada em S. Paulo, pois, “*o essencial da vida moral consiste na livre resposta ao chamamento de Deus*”¹¹. A Escola de Tubinga pretendeu apresentar uma súpula da vida cristã que considerava o homem na sua inteireza. Deste modo, os teólogos desta escola, Jocham Magnus, Martin Deutinger e Fr. X. Linsenman, procuraram elaborar a moral em torno

¹⁰ Cf. LOUIS VEREECKE, *História da Teologia Moral*, in F. COMPAGNONI – G. PIANA – S. PRIVITERA, (orgs), *Dicionário de Teologia Moral*, Paulus, São Paulo, 1997, 579.

¹¹ *Ibidem*.

de grandes princípios como o personalismo do amor segundo o cristianismo, ou uma Teologia Moral expressamente cristológica. No fundo, a Escola de Tubinga partia da Escritura e organizava a sua moral com base num princípio dogmático central, mas, na prática, não conseguia resolver problemas concretos, diz Louis Vereecke¹².

Não se pode deixar de considerar ainda no séc. XIX, a renovação tomista da Teologia Moral, também na Alemanha. Desta renovação tomista poder-se-iam destacar os autores que uniram “*o método psicológico da Escola de Tubinga ao conceito tomista de virtude*”¹³, a saber F. Probst e Linsenman. Já F. Friedhoff e J. Schwane caracterizaram-se pelo esforço que realizaram para “*superar a casuística, com a pesquisa teológico-dogmática sobre a vida espiritual*”¹⁴.

Na Alemanha, nos primeiros vinte anos do séc. XX, surgem em torno da casuística violentas polémicas entre filósofos, os teólogos liberais, protestantes e os teólogos católicos. Mas é entre os anos de 1930 e 1960 que a Teologia Moral sofrerá a influência dos movimentos de pensamento oriundos de outras disciplinas teológicas, entre os quais está o movimento litúrgico que defende que a celebração da liturgia deve ter influência sobre o agir cristão. Segue-se-lhe o movimento bíblico que sustenta que a Escritura não deve ser apenas um objeto de estudo por parte dos especialistas, mas deve conduzir a uma vida mais plena¹⁵.

No interior da própria disciplina de Teologia Moral, os manuais desta disciplina visam apresentar a moral em sentido positivo; isto é, que exponha a vida cristã como resposta fiel, por meio do agir, à graça e ao batismo, em contraposição a uma moral de confessionalismo que era a que vingava por esta altura. Jerónimo Trigo diz que a

¹² Cf. *Ibidem*.

¹³ *Ibidem*, 580.

¹⁴ *Ibidem*.

¹⁵ Cf. *Ibidem*.

*“preparação dos confessores era o seu fim imediato e quase exclusivo. Assim, centra-se no pecado e nos pecados. Deixa para a espiritualidade a proposta do seguimento e imitação de Cristo. Procura definir os limites mínimos que não se podem violar. Não se dirige aos membros da comunidade cristã no seu conjunto, para a sua educação ética, na sequência da fé, mas aos ministros ordenados para o exercício do ministério de confessores”*¹⁶. Outros teólogos houve que elaboraram manuais cujo centro da Moral seriam outros aspetos tais como o corpo de Cristo, a vinda do reino de Deus ou a caridade¹⁷.

Outro fenómeno de interesse para a Teologia Moral deste período, diz respeito ao processo de laicização que levou à procura do *“fundamento do empenho do cristão no mundo, na vida política, social, económica, familiar”*¹⁸. Acresce, do ponto de vista filosófico, o chamado movimento existencialista que, inspirado em S. Kierkegaard, sustentava que o homem deve responder ao apelo de Deus num momento concreto (kairós) apesar dos princípios gerais¹⁹. Esta doutrina filosófica de cariz cristão, conduziu a uma moral de situação, como defende J. Fuchs, que considerou a situação como um elemento essencial da realidade e como tal deveria intervir, como elemento intrínseco, na consideração do juízo moral²⁰.

Como podemos observar nesta breve consideração histórica, a moral de tipo casuística sofreu várias influências, quer filosóficas, quer dos vários âmbitos das disciplinas teológicas, que conduziram a um reequacionar dos fundamentos bíblicos e cristológicos e do próprio lugar da Teologia Moral na vida da Igreja. Não obstante,

¹⁶ J. TRIGO, *Moral, Ética e Teologia Moral*, 8.

¹⁷ Cf. LOUIS VEREECKE, *História da Teologia Moral*, 580.

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ Cf. *Ibidem*, 580-581.

²⁰ Cf. *Ibidem*, 581.

“estes fermentos de renovação não tiveram, grande influência nos textos usados no ensino, os quais continuaram a repetir os esquemas anteriores. A ruptura, embora não brusca, deu-se com o redentorista Bernhard Häring (1912-1998)”²¹.

Síntese do capítulo I

Como podemos observar o desenvolvimento da Teologia Moral ficou fundamentalmente marcado pela chamada moral casuística. Esta resulta da tensão de um conjunto diversificado de sensibilidades que punham a acentuação do agir moral neste ou naquele aspeto e duma disputa, que parecia inconciliável, entre liberdade e lei.

De modo mais concreto, temos em primeiro lugar, os que pensavam que a consciência não tem de seguir uma lei, dada a probabilidade de cada hipótese ser verdadeira (o probabilismo). Bastava uma opinião provável, considerada a mais verdadeira, acentuando deste modo a liberdade. Mas esta corrente caiu num certo laxismo, devido ao facto de cada um escolher e contentar-se com uma probabilidade débil.

Do outro lado, como reação a esta corrente, temos o probabiliorismo que acentuava justamente o contrário, a hipótese mais provável. Deste modo, dá-se uma acentuação da lei em detrimento da liberdade, o que faz com que nesta tendência a moral seja mais rigorista. Foi Afonso Maria de Ligório que tentou uma mediação no seio destas doutrinas com o seu equiprobabilismo que determina que quando a lei tem igual número de hipóteses contra e a favor, então, a lei não obriga.

²¹ J. TRIGO, *Moral, Ética e Teologia Moral*, 11.

Apesar do esforço, a verdade é que a Teologia Moral casuística não conheceu nenhum desenvolvimento de fundo, ou seja, nos seus fundamentos, mantendo-se uma Moral que se poderia caracterizar como excessivamente legalista e vinculada à prática penitencial da Igreja, e, ainda, desvinculada dos outros saberes teológicos, e da filosofia, e caracterizada pelo seu pragmatismo moral e positivismo teológico, como vimos.

Será no século XIX que a Teologia Moral conhecerá algum fermento de renovação no que diz respeito ao desenvolvimento dos seus fundamentos, que, graças à Escola de Tubinga, desenvolveu uma proposta moral baseada em São Paulo e que pôs a tônica no personalismo. Não se pode ainda omitir o desenvolvimento da chamada renovação tomista da moral.

Apesar de tudo, é no século XX, nomeadamente, nas décadas de 1930 a 60 que a Teologia Moral receberá como germen de renovação a influência de alguns movimentos emergentes naquela época, desde o movimento litúrgico e o movimento bíblico até à renovação tomista da Teologia Moral.

Estes contributos não podem ser esquecidos e relevados na sua importância, mesmo que a sua influência não tenha sido imediatamente tão significativa como alguns teriam gostado. Mas a verdade é que estão na génese da renovação da Teologia Moral que foi protagonizada por B. Häring, logo em 1954, aquando da publicação de *A Lei de Cristo*, oito anos antes da abertura do II Concílio do Vaticano, o qual teve o seu início, como sabemos, a 11 de Outubro de 1962, depois do seu anúncio pelo bom Papa João XXIII, a 25 de Dezembro de 1961.

O contributo de B. Häring não se ficou pelo antes do Concílio, mas aconteceu no próprio Concílio, nele tendo participado como *peritus*, e depois do Concílio quando publicou entre 1978 e 1981 a obra *Livres e Fiéis em Cristo*. Ora, é justamente este

contributo que pretendemos dar a conhecer: antes do Concílio, no segundo capítulo;
durante o Concílio no terceiro capítulo e, depois do Concílio no quarto capítulo.

CAPÍTULO II

Sinais de renovação anteriores ao Concílio Vaticano II:

A Lei de Cristo de Bernhard Häring

Não parece existir qualquer dúvida que, mesmo que os sinais de renovação da Teologia Moral, levados a cabo principalmente nos séculos XIX e XX, quer mediante a chamada Escola de Tubinga e pela tentativa de renovação tomista da moral, quer depois pelos movimentos eclesiais dos anos 30 a 60 do século XX, não tenham produzido o seu efeito de imediato nos textos usados no ensino, permaneceu, de algum modo a semente lançada à terra que, sem sabermos bem nem como nem porquê, vai crescendo até dar os seus frutos. Ora, talvez possamos identificar alguns desses frutos no período anterior ao Concílio Vaticano II e gerados pela obra de Bernhard Häring, a que já fizemos referência, *A Lei de Cristo*.

Neste segundo capítulo, pretende-se dar nota do contributo fundamental de *A Lei de Cristo*, para um novo reequacionar dos fundamentos da Teologia Moral. Ainda antes de entrarmos na obra, nomeadamente, no primeiro tomo da mesma que trata da Moral Geral, ou seja, dos fundamentos da Moral, apresentamos uma breve nota biográfica sobre esta personagem ímpar do Teologia católica e da Teologia Moral de modo particular.

1. O Autor

Bernhard Häring nasceu no dia 10 de Novembro de 1912 em Böttingen, no

extremo sudoeste da Alemanha, numa família verdadeiramente enraizada em Cristo, com doze filhos, sendo ele o décimo primeiro. A oração era uma atitude permanente na vida dos seus pais, por isso, todos os filhos cresceram escutando os pais a rezar. Talvez pela bela prática exercida por estes, B. Häring confessou num texto autobiográfico – *La mia vita come redentorista*²² – tenha alimentado em si um gosto especial pelas missões, e tenha adquirido um fascínio especial pela vocação à vida religiosa missionária. Ingressou, por isso, na Congregação do Santíssimo Redentor (Redentoristas), em 1933, onde fez a sua profissão religiosa, no dia 4 de Maio de 1934. Estudou Filosofia e Teologia em Gars am Inn, uma povoação próxima de Munique. Foi ordenado sacerdote pelo Cardeal Faulhaber, no dia 7 de Maio de 1939²³.

B. Häring conta que ao regressar para casa, depois de uma longa ausência, a sua mãe lhe pediu permissão para lhe dar a bênção, ao qual ele responde: “*Certamente, a tua bênção será daqui para a frente o fundamento de todas as minhas*”²⁴. De 1941 a 1945, foi soldado no setor da saúde, na frente da Rússia. Este tempo foi crucial na sua vida, ao ponto de ter exercido nele uma grande mudança na sua forma de pensar²⁵.

Depois da guerra, pensava Häring que iria ser enviado como missionário para o Brasil; no entanto, os planos de Deus eram diferentes, e os seus superiores mandaram-no especializar-se. Fez o Doutoramento em Teologia na Universidade de Tubinga em 1947. A sua tese foi orientada pelo Professor Teodoro Steinbüchel e tem por título *O sagrado e o bem; relações entre ética e religião*. Ensinou Teologia Moral no Estudantado Redentorista de Gars am Inn. Também leccionou algumas matérias em

²² Cf. B. HÄRING, *La mia vita come redentorista*, in Martin McKeever (Dir.), *Bernhard Häring. Un redentorista felice*, Editiones Academiae Alfonsianae, Roma, 2008, 95-111.

²³ Cf. *Ibidem*, 95.

²⁴ *Ibidem*.

²⁵ V. SCHURR – M. VIDAL, *Bernhard Häring y su nueva Teología Moral Católica*, Ed. Covarrubias, Madrid 1989, 7.

Roma, entre 1950 e 1953. Aquando da abertura da Academia Afonsiana de Moral, em Roma, Häring foi chamado para lá trabalhar, permanecendo ali como docente desde 1957 até 1988²⁶. E, em 1988, no dia 1 Novembro, chega às mãos do Papa João Paulo II uma carta de Häring, esta dizia estas belas palavras: “*Querido Pai em Cristo: Sou um homem velho que se aproxima da sepultura. Amo a Igreja com paixão e, também amo o sucessor de Cristo que, a meus olhos, merece ser amado por muitas razões. Para esperar confiadamente na hora da morte a misericórdia de Deus, lutei toda a minha vida para oferecer uma pastoral e uma teologia moral humana e misericordiosa*”²⁷.

Pouco tempo antes da morte de Häring, afirmou-se, que a ele “*se deve a mudança de perspectiva na Teologia moral: a passagem de uma moral da lei a uma moral do amor. Nele se via um teólogo livre, fiel e solidário, com uma mensagem evangélica de libertação e de salvação*”²⁸.

Häring morreu no dia 3 de Julho de 1998, na comunidade Redentorista de Gars am Inn (Alemanha), com 85 anos.

²⁶ M. VIDAL, B. Häring, *Un Renovador de la Moral Católica*, Ed. Perpetuo Socorro, Madrid, 1999, 11-12.

²⁷ F. FERRERO, P. Bernhard Häring (1912-1998). *Misionero y moralista. In memoriam*, in *Moralia, revista de ciencias morales*, Instituto Superior de Ciencias Morales, Madrid, Volumen XXI (1998) n. 78-79, 239.

²⁸ M. VIDAL, *Evocación de Bernhard Häring, Renovador de la Teología moral*, in *Moralia, revista de ciencias morales*, Instituto Superior de Ciencias Morales, Madrid, Volumen XXI – 1998-4, 477.

2. Sinais de renovação na obra *A Lei de Cristo*

É inegável que, quando se fala de renovação da Teologia Moral, o nome Häring esteja presente, pois, sem dúvida, ele participou neste processo, e o seu nome permanecerá como uma das grandes referências antes e depois do Concílio Vaticano II. Em 1954, publicou uma obra, em três volumes, que ficou clássica, tornando-se incontornável, de seu nome: *A Lei de Cristo. Teologia Moral para sacerdotes e leigos*, a que já fizemos referência. Para Häring, o subtítulo quer fazer ver às pessoas, que esta obra não está somente direccionada para os teólogos, também é para os leigos, pois, estes não podem permanecer alheados à teologia²⁹. Esta “obra passou a ser considerada como marco, pondo fim a uma época e iniciando outra”³⁰.

O objetivo de *A Lei de Cristo* foi, considera M. Vidal, “servir de “ponte” entre a moral casuística e a moral renovada. Este manual teve o grande mérito de preparar o caminho à renovação conciliar e pós-conciliar”³¹. No fundo, foi a primeira resposta global à insatisfação da moral casuística, e ao desejo que as pessoas tinham de ver acontecer a renovação moral.

A Lei de Cristo consta de três volumes, dos quais trataremos o primeiro, que se encontra dividido em duas partes: “*O Apelo de Cristo*” e “*A resposta do Homem*”, dado que é neste volume que são abordados os fundamentos da Teologia Moral Geral, nomeadamente, o fundamento cristológico de toda a Teologia Moral (cf. OT 16). O primeiro volume “*põe em destaque que a ética cristã não pode partir apenas do homem. Não pode ser, simplesmente antropológica. O seu ponto de partida é Cristo que*

²⁹ Cf. B. HÄRING, *A Lei de Cristo*, I, 3.

³⁰ J. TRIGO, *Moral, Ética e Teologia Moral*, 11.

³¹ M. VIDAL, B. Häring, *Un Renovador de la Moral Católica*, 77.

*nos torna participantes da sua vida e nos chama ao seu seguimento. A moral cristã é conscientemente cristo-dialógica. Criados por Deus, e recriados em Cristo, levamos em nós a lei de Cristo, a lei do amor. A resposta da pessoa humana implica a conversão e acção concreta. Häring compreende e expõe a moral cristã em chave de “vocação”. O esquema “chamamento-resposta” é o esquema organizador de todos os elementos do comportamento moral cristão. À luz de tal esquema, as realidades básicas da vida moral cristã adquirem uma dimensão nova, a dimensão do personalismo cristão, que estava ausente na Teologia Moral casuística”³². Do ponto de vista dos conceitos fundamentais, abordaremos os que consideramos mais relevantes, como *liberdade, consciência e lei eterna*, e que nos permitem identificar uma certa continuidade temática e concetual entre *A Lei de Cristo*, anterior ao Concílio Vaticano II, e a obra *Livres e Fiéis em Cristo*, posterior ao Concílio, como se verá.*

Esta continuidade entre as duas obras pode ser também identificada no fundamento cristológico de toda a Teologia Moral, enquanto que é em Cristo que toda a Teologia Moral deve estar fundamentada, e é nele que o agir do cristão encontra o seu fundamento, enquanto é expressão da imitação e do seguimento de Cristo.

2.1. Cristo como fundamento

B. Häring traça o fundamento cristológico da Teologia Moral ao dizer que a *“teologia moral cristã tem o fim de expor a “lei de Cristo”, ou, em outras palavras, tornar mais conhecido o próprio Cristo, nossa Lei”³³*. Esta “lei” é *“uma “lei” entendida*

³² J. TRIGO, *Moral, Ética e Teologia Moral*, 12.

³³ B. HÄRING, *A Lei de Cristo*, I, 1.

como “vida”. A referência da moral ao Espírito aparece logo no texto bíblico de entrada: “a Lei do Espírito da vida em Cristo Jesus te libertou da lei do pecado e da morte.” (Rom. 8, 2). O texto inicial de *A Lei de Cristo* é uma confissão lúcida e sem ambiguidades do cristocentrismo moral³⁴. A nossa vida deve ter como centro Jesus, o único que é digno de toda a nossa entrega, Aquele que é para nós o Salvador do mundo e Aquele que somos chamados a seguir: “o todo da vida moral do cristão: princípio, centro e fim. A lei do cristão não é outra que o Cristo em pessoa. Somente Ele é realmente nosso Senhor e Salvador. É n`Ele que nos foi dada a vida e conseqüentemente também a lei da nossa vida. Porque a vida cristã não se deve compreender somente à base de uma lei formulada, nem mesmo à base de uma vontade de Deus que dita ordens, mas sempre à base de uma vontade de Deus que dá. Se ela é uma exigência, também é um dom. Sejamos mais explícitos: a lei de Cristo é um dom que exige. (...) A vida cristã é, “Imitação de Cristo”, assimilação ao Filho de Deus. Não é uma cópia exterior ou somente a imitação da sua obediência amorosa ao Pai, mas antes de tudo “seguimento de Cristo”, vida em Cristo”³⁵. Cristo é como que o ponto do qual devemos partir, uma vez que Ele é o único capaz de nos revelar a vida na sua plenitude, pois só Cristo pode levar cada ser humano a participar da Sua vida. Pede que o sigamos na certeza de que com Ele alcançaremos a felicidade.

A nossa vida deve ser um permanente diálogo com Cristo, dado que é Ele quem nos faz compreender qual o caminho a trilhar. Para isso dá-nos uma lei, a lei do amor, de um amor sem reservas, capaz de dar a vida. Quando somos alcançados pela graça de Deus, Ele mesmo se move, vive e existe em nós. Desta forma compreendemos o que é

³⁴ J. TRIGO, *Moral, Ética e Teologia Moral*, 12-13.

³⁵ B. HÄRING, *A Lei de Cristo*, I, 1.

ser verdadeiramente livres, pois, iremos atuar na liberdade dos filhos de Deus. Deste modo, a “*moral fica intimamente ligada à espiritualidade*”³⁶.

A lei é, para Häring, a manifestação de Cristo, tanto no nosso corpo, como na nossa vida, porque a “*lei do cristão não é outra que o Cristo em pessoa*”³⁷. É Ele que nós queremos imitar e seguir. N’Ele queremos viver. Portanto, “*viver em Cristo, isto é, ser membro do seu corpo e súbdito do seu Reino*”³⁸. Com efeito, o que Häring se propõe fundamentalmente nesta obra é, seguindo Giuseppe Quaranta, apresentar a moral cristã segundo o binómio “chamamento de Cristo” e “resposta do homem”, resposta que não é apenas teórica, mas que se expressa justamente na imitação e no “seguimento de Cristo”³⁹.

Contudo, importa ter presente que esta imitação de Cristo não significa “copiar” as suas ações, palavras e leis, como puro mimetismo, mas pela sua imitação sermos introduzidos no mistério da Sua pessoa, do Seu exemplo e do Seu ensinamento⁴⁰, o que faz com que esta imitação suponha ser discípulo e estar incorporado em Cristo⁴¹, isto é, ser e agir em Cristo. Por isso, o cristão, como S. Paulo, deve poder dizer: “*Já não sou eu que vivo, mas é Cristo que vive em mim. Minha vida presente na carne, vivo-a pela fé no Filho de Deus, que me amou e se entregou a si mesmo por mim*” (Gl. 2, 20). Häring refere-se também ao Espírito, o que permite transitar de uma moral cristã baseada não na lei, mas no espírito; não da casuística, mas da vida nova em Cristo⁴².

³⁶ J. TRIGO, *Moral, Ética e Teologia Moral*, 12.

³⁷ B. HÄRING, *A Lei de Cristo*, I, 1.

³⁸ *Ibidem*, 2.

³⁹ Cf. G. QUARANTA, *La Cultura pieno sviluppo dell’umano. Il concetto e la funzione della cultura nel pensiero di Bernhard Häring*, Editiones Academiae Alfonsianae, Roma, 2006, 129.

⁴⁰ Cf. *Ibidem*, 211.

⁴¹ Cf. *Ibidem*, 211.

⁴² Cf. M. VIDAL, *B. Häring, Un Renovador de la Moral Católica*, 78.

É, como vemos, preocupação de Häring a construção de uma Teologia Moral centrada no mistério de Cristo e na História da Salvação, ideias que foram assumidas com toda a clareza no nº16 do *Decreto sobre a Formação Sacerdotal (Optatam Totius)* do Concílio Vaticano II. Ao mesmo tempo, o centro da moral é a caridade, e é nela que os cristãos vão buscar a força para viverem no mundo e darem fruto para a salvação deste.

Para B. Häring é claro que só uma moral da caridade integral, poderia superar a ética individualista, pois, como sustenta L. Vereecke, “*a teologia moral católica empobrece e extravia-se quando a casuística ou o juridismo a põem ao serviço do minimum legal ou do sacramento da penitência considerado como uma discriminação entre o lícito e o ilícito*”⁴³. A moral deve ser realista. A fé, a caridade, a graça, os sacramentos, devem definir-se em determinações concretas, dado que o “*carácter de virtude de um discípulo de Cristo, somente começa a existir quando Deus infunde na alma uma nova capacidade de assimilação a Cristo*”⁴⁴.

Para Cristo devem tender todos os nossos esforços. Ele é o homem perfeito e é nosso dever procurar sê-lo também. Ele é totalmente espiritual e devotado ao Pai do céu, e possui uma sensibilidade completamente humana que é acessível a todos nós. Jesus partilha as alegrias e as tristezas deste mundo, fica maravilhado pela grandeza do amor de Deus que é um Pai Misericordioso e aprecia a beleza da natureza. Jesus fala ao homem de forma atraente e simples. Ele vai ao coração, à inteligência e à vontade. A Igreja, Cristo continuado na História, procura fazer de igual forma. Esta procura ser, não só visível, mas invisível, e além de terrestre, celeste⁴⁵. Cristo deve ser seguido em comunidade, na Igreja; esta é a forma mais segura que possuímos.

⁴³ LOUIS VEREECKE, *História da Teologia Moral*, 581.

⁴⁴ B. HÄRING, *A Lei de Cristo*, I, 617.

⁴⁵ Cf. *Ibidem*, 107.

O homem deve olhar para Cristo como a luz que ilumina toda a sua vida. Ao falarmos do homem naquilo que ele possui de maior, na sua verdade que é foco irradiante de luz verdadeira, falamos de Cristo. Tudo o que nos eleva vem de Cristo e os sentimentos d'Ele devem ser por nós assumidos. A nossa própria liberdade só é alcançada na lei de Cristo: “a Lei do Espírito da vida em Cristo Jesus te libertou da lei do pecado e da morte” (Rm 8, 2)⁴⁶. Esta fórmula Paulina é o mote que abre toda a obra.

A nossa lei ou os nossos limites definem-se em Jesus. Este, como Imagem do Pai, revela-nos a Sua vontade e faz com que em nós atue uma força interior que é impelida pelo amor ao bem, segundo a lei eterna e a lei natural. O homem deve ter sempre um cuidado especial em relação às suas ações, pois corre riscos de a qualquer momento resvalar e se ferir na sua liberdade. Ainda que o homem fira a sua integridade, este não deixa de ser livre, pois a missão da lei em relação à liberdade, é de advertir e de proteger. Ela é uma exigência e um dom. Quando o cristão se eleva à liberdade de filho de Deus, esta lei divina vai-lhe revelando cada vez mais a sua âncora, o seu porto seguro e, desta forma, deixa-se levar para um conhecimento profundo do amor verdadeiro, da própria natureza da lei⁴⁷.

O homem deve guiar-se por ideais e desta forma agirá mais livremente, pois, será guiado por princípios e motivos. Deus que fez o homem à Sua Imagem e semelhança, também se rege pelas Suas ideias eternas. Deus age conforme lhe apraz e o homem, segundo a sua liberdade, também o pode fazer. No entanto, é bom que tenha motivos fortes quando se propõe realizar uma determinada ação⁴⁸. Toda a nossa ação deve convergir para Cristo a fonte onde devemos beber.

⁴⁶ Cf. *Ibidem*, 146.

⁴⁷ Cf. *Ibidem*, 154.

⁴⁸ Cf. *Ibidem*, 154-155.

Tudo isto torna-se possível quando a Teologia Moral tem igualmente como fundamento a Escritura. O autor alemão deixa claro que devemos procurar um íntimo contato com a Sagrada Escritura, procurando uma imitação cada vez mais perfeita do ideal cristão, aprofundando as virtudes teologais⁴⁹. O fundamento primeiro, a pedra angular da Teologia Moral, é Cristo; por isso, Häring procurou que esta mantivesse uma certa distância em relação ao Direito Canônico e ao Direito Civil, evitando assim a redução da Moral ao Direito⁵⁰.

Em síntese, temos que, como afirma Louis Vereecke, “o manual de B. Häring, *A Lei de Cristo*, pode ser considerado como a síntese dos princípios que se iam exprimindo em numerosas publicações: imitação de Cristo, reino de Deus, primazia da caridade. A moral é primeiramente resposta do homem ao chamamento de Deus”⁵¹.

2.2. Conceito de Liberdade

Qualquer homem que age se nos apresenta como um ser livre. Sabemos que a liberdade é “*um facto atestado pelo sentir individual e social. Mas somente Cristo pode dar-nos a conhecer a natureza profunda deste mistério*”⁵². Pela graça de Deus, a nossa liberdade é assimilada à liberdade divina. Em Jesus a nossa liberdade é a liberdade dos filhos de Deus. Esta liberdade é um dom grandioso e, por isso, é nosso dever para com Deus usá-la bem. Deus, na sua infinita misericórdia, concedeu-nos o livre-arbítrio, e a

⁴⁹ Cf. *Ibidem*, 2.

⁵⁰ Cf. *Ibidem*, 4.

⁵¹ LOUIS VEREECKE, *História da Teologia Moral*, 581.

⁵² B. HÄRING, *A Lei de Cristo I*, 147.

nossa decisão é de tal importância que as escolhas que fizermos terão uma sentença eterna.⁵³

A essência da liberdade está nos valores que o homem possui, que o impelem ao bem. A liberdade só existe quando a pessoa toma uma posição perante a requisição de um bem e a solicitação de um mal, no mais íntimo de si mesma⁵⁴.

O homem, criado à imagem e semelhança de Deus, é livre, e Deus Criador constituiu-nos “senhores” da terra, de tal modo, que nos deixa na nossa liberdade de agirmos em relação ao mundo como nos aprouver. Deus, contudo, age a partir do nosso interior, e é desta forma que Ele procura governar o mundo, não exercendo qualquer tipo de coação. O homem deve na sua liberdade agir da mesma forma⁵⁵.

Häring define também a liberdade “*como a faculdade de tomar posição em face de uma exigência de Deus, mas somente pela participação da liberdade divina*”⁵⁶. A forma mais bela que nós temos para usar a nossa liberdade é agir totalmente influenciados pela graça. Podemos afirmar que é um ato de loucura do amor de Deus pelos homens, a capacidade que Ele nos deu de lhe dizermos “não”, mas a grandeza da nossa liberdade está em dizer sim a Deus, como filhos obedientes⁵⁷.

A liberdade de Deus tem em vista uma grande norma, que é ser três vezes santo! Entre a liberdade de Deus e a lei do Amor divino há uma bela consonância. Da mesma forma, “*a liberdade humana, quando realmente livre em seu desenvolvimento, não está sujeita a pressões ou constrangimentos externos, mas actua do interior por amor ao bem, segundo a lei estabelecida na santidade de Deus (Lei eterna) e implantada na*

⁵³ Cf. *Ibidem*, 147-148.

⁵⁴ Cf. *Ibidem*, 149.

⁵⁵ Cf. *Ibidem*, 149-150.

⁵⁶ *Ibidem*, 151.

⁵⁷ Cf. *Ibidem*.

própria natureza (Lei natural)”⁵⁸. O homem, ao contrário de Deus, corre sempre o risco de resvalar no que toca ao cumprimento da lei, e de ferir a integridade da sua liberdade, sabendo que a *“lei é para a liberdade, advertência e protecção, exigência e dom”*⁵⁹.

O ser humano deve ter em vista princípios e motivos que norteiem a sua vida; de outra forma o homem não exercerá a sua liberdade⁶⁰. A nossa vontade deve ter como fim, motivos nobres e belos, pois, *“quanto mais profundo é o dom de si ao motivo da acção, tanto maior é também a liberdade. Portanto, é na escolha e no aprofundamento deste motivo que reside, em definitivo, a liberdade”*⁶¹.

Podem tirar-nos a liberdade de realizar algo externo, no entanto, de tomar uma decisão interior nunca o poderão fazer. O que pode causar um abalo no equilíbrio interior da alma, é o medo causado exteriormente, e este pode enfraquecer ou até anular a liberdade⁶².

É da nossa responsabilidade procurar adquirir maior conhecimento, para que a nossa liberdade não seja responsável pelas nossas transgressões, devido à nossa ignorância. Pois, um médico ou um sacerdote, ao cometerem uma negligência, não podem justificar-se alegando a ignorância como causa do erro⁶³.

Deve haver uma constante procura de bons hábitos, para que estes sejam capazes de reforçar a nossa capacidade de sermos livres. Um ato mau arrasta consigo muitas negligências até ser revogado⁶⁴. É nossa obrigação opor resistência a sugestões

⁵⁸ *Ibidem*, 154.

⁵⁹ *Ibidem*.

⁶⁰ Cf. *Ibidem*.

⁶¹ *Ibidem*, 155.

⁶² Cf. *Ibidem*, 160.

⁶³ Cf. *Ibidem*, 163.

⁶⁴ Cf. *Ibidem*.

exercidas pelo mal, e que “*seja por uma resistência activa que a denuncie e desmascare abertamente ou ao menos pela fuga para fora de sua órbita de influência*”⁶⁵.

Há pessoas que usam a sua força e liberdade para o mal, provocando noutras pessoas mais fracas atitudes de reserva ou mesmo de fuga. Deve haver muito cuidado para que ninguém renuncie à própria liberdade moral. Cada pessoa deve procurar adquirir princípios morais, os quais reflete e assume para a sua vida; desta forma não irá trilhar por este ou aquele caminho porque os outros também vão⁶⁶.

Uma pessoa que tenha perturbações psíquicas, como, por exemplo psicoses, não tem consciência da sua doença, por isso a sua responsabilidade diminui. Quem tiver neuroses terá uma consciência dolorosa e até exagerada do seu estado mórbido, mas não será capaz de a superar, pelo que a sua responsabilidade será diminuída e a sua liberdade bastante condicionada⁶⁷.

Em Jesus, a nossa liberdade é a liberdade dos filhos de Deus. Esta acontece quando o homem é impelido a realizar o bem. O homem na sua liberdade dispõe de tudo o que o mundo lhe oferece para seu bem-estar. É nossa obrigação ajudar aqueles que estão mais privados da sua liberdade, devido a perturbações psíquicas, exercendo para com estas pessoas a caridade, ajudando-as a caminhar confiantes e a carregar a sua cruz, pois “*não seríamos o que somos, sem os outros e com os outros; a nossa verdadeira realização só se alcança na comunhão de vida*”⁶⁸.

⁶⁵ *Ibidem*, 165.

⁶⁶ Cf. *Ibidem*, 165-166.

⁶⁷ Cf. *Ibidem*, 166-175.

⁶⁸ J. HERNANDEZ, *Liberación cristiana y dignidade humana*, in *Moralia, revista de ciências morales*, 2003/2-3,490.

2.3. Conceito de consciência

Outro conceito fundamental em Teologia Moral e tratado por Häring em *A Lei de Cristo* é a consciência. É do senso comum a afirmação de que o Senhor fala ao coração, basta que o homem se abra à escuta desta voz interior. Mesmo quando o ser humano repudia a voz da razão, esta voz não deixa de apelar ao bem e faz-se ouvir. Portanto, Häring considera que existe na sabedoria de todos os povos a noção de consciência ou seu equivalente. Cada cultura lhe dá nomes diferentes; no entanto, há uma consciência comum de algo que nos impele ao bem⁶⁹.

Para os filósofos a consciência (*syneidesis*) “*é a ciência do bem e de si mesmo com referência ao bem. Crísipo descreve-a como o instinto de conservação da pessoa espiritual, instinto que toma sob a sua guarda a própria razão, pois ele conserva o nosso ser em contacto com o espírito ordenador do mundo. É o deus in nobis (Ovídio)*”⁷⁰. Para os estóicos, a lei eterna entende-se como a manifestação da divindade que nos fala através da consciência, não como um Deus pessoal, mas como uma força divina, mas impessoal. A consciência, para estes autores gregos, é isto mesmo, a participação nesta lei eterna⁷¹.

No que diz respeito à revelação bíblica, e fazendo uma pequena viagem pela Sagrada Escritura, apercebemo-nos que o termo “consciência” não aparece no Antigo Testamento, exceto no Livro da Sabedoria, onde se encontra o termo *syneidesis*, que está tomado no sentido de má consciência, (17, 10 ss.). No entanto, o Antigo Testamento deixa-nos uma informação profunda e muito esclarecedora sobre a

⁶⁹ Cf. B. HÄRING, *A Lei de Cristo*, I, 198-199.

⁷⁰ *Ibidem*, 199.

⁷¹ Cf. *Ibidem*.

consciência, ao colocá-la em sintonia com um apelo que um Deus-pessoa faz ao homem.

O próprio homem se examina tendo um olhar sobre a sua ação de acordo com o olhar de Deus, e é de acordo com esses olhos, que ele próprio considera um ato mau ou bom, sem gravidade ou extremamente grave⁷². Vejamos: “*certamente meus servos exultarão na alegria dos seus corações, enquanto vós, na dor dos vossos corações, lamentareis e uivareis, quebrantados no vosso espírito*”(Is. 65, 14). Nesta expressão, atesta Häring, vemos como o pecado nos causa remorsos ferindo a nosso íntimo. Já em Job 27, 6, onde é dito “*fico firme em minha justiça e não a deixo; minha consciência não me reprova nenhum de meus dias*”, fica bem claro que o coração se alegra quando fazemos a vontade de Deus e também nos reprova quando assim não é⁷³.

A Palavra de Deus atesta que não nos é permitido fugir da nossa consciência, pois ela também conhece o seu obscurecimento. No Novo Testamento, Jesus alerta-nos em Mateus 6, 23: “*mas se o teu olho estiver doente, todo o teu corpo ficará escuro. Pois se a luz que há em ti são trevas, quão grandes serão as trevas!*”. No entanto, afirmamos que, seja num incrédulo, pecador ou pagão, a consciência moral está sempre presente. Até os pagãos se vêem responsáveis pelos seus atos, graças à consciência⁷⁴.

No Novo Testamento temos o termo estóico *syneidesis* 31 vezes, sendo 19 delas só em S. Paulo. A consciência faz que ouçamos a voz de Deus, e ao dizermos não à consciência, somos culpados pelo não que damos a Deus, constituindo isso o pecado⁷⁵. Häring refere que a fé eleva a consciência, pois se esta é iluminada por aquela, torna-se uma luz irradiante⁷⁶. Para os cristãos, agir conforme a fé ou a consciência, é a mesma

⁷² Cf. *Ibidem*, 200.

⁷³ Cf. *Ibidem*.

⁷⁴ Cf. *Ibidem*, 200-201.

⁷⁵ Cf. *Ibidem*, 201.

coisa: *“A fé esclarecida que tens, guarda-a para ti diante de Deus. Feliz aquele que não se condena na decisão que toma. Mas quem duvida e assim mesmo toma o alimento é condenado, porque não procede de boa fé. Pois tudo o que não procede da boa fé é pecado”* (Rm 14, 22-23). A fé é um mistério que se encerra sempre numa *“consciência limpa”* (1Tim 3, 9)⁷⁷.

Mesmo quando a consciência atinge a plenitude da luz da fé, deve fazer juízo da sua consciência, pois, S. Paulo adverte-nos em Rm 14, 20-23: *“Não destruas a obra de Deus por uma questão de comida. Tudo é puro, é verdade, mas faz mal o homem que se alimenta dando escândalo. É bom abster-se de carne, de vinho e de tudo o que seja causa de tropeço, de queda ou de enfraquecimento para teu irmão. A fé esclarecida que tens, guarda-a para ti diante de Deus. Feliz aquele que não se condena na decisão que toma. Mas quem duvida e assim mesmo toma o alimento é condenado, porque não procede de boa fé. Pois tudo o que não procede da boa fé é pecado”*. Não podemos permitir que nos afastemos do dever da caridade à qual a nossa consciência cristã deve ser sensível⁷⁸.

O Espírito Santo fala-nos através dos seus dons, e estes vão tornando a nossa consciência mais sensível, dando-nos uma maior perspicácia, e, à luz da revelação divina, vamos tendo a capacidade de identificar melhor a vontade de Deus. Não devemos ter medo de dizer que Deus fala à consciência moral, pois não estaremos a faltar à verdade. Ainda que Deus fale à consciência, os nossos juízos é que podem estar errados⁷⁹.

⁷⁶ Cf. *Ibidem*.

⁷⁷ Cf. *Ibidem*.

⁷⁸ Cf. *Ibidem*, 201-202.

⁷⁹ Cf. *Ibidem*, 211-212.

A nossa consciência deve procurar a verdade para que depois possa tomar decisões acertadas: *“Deus, Verdade Suprema, pela qual deve pautar-se toda a consciência, é livre de escolher os caminhos e a medida de sua influência sobre a consciência humana”*⁸⁰.

É importante ter presente que as *“leis e as ordenações de carácter civil só obrigam, quando estão de acordo com a lei moral”*⁸¹. O homem para resolver questões no âmbito da moral, não deve recorrer à lei civil, mas à consciência informada pela lei moral. Depois de uma análise sincera, a consciência nos dirá o que se torna obrigatório fazer. No entanto, há princípios morais que todos temos obrigação de conhecer e para os quais não é possível apelar à consciência de forma a justificar a sua transgressão⁸².

As pessoas boas nunca se podem submeter às más, e para que isto não aconteça, *“o Estado tem o dever de garantir a liberdade à consciência sã e boa, mas não a licença à consciência má”*⁸³.

É nossa obrigação formar o juízo de consciência, zelando pela verdade e investigando cuidadosamente a lei. Se formos prudentes saberemos investigar e tomar conselho, pois seremos humildes e dóceis ao Espírito Santo. Este caminho levar-nos-á à prática da virtude e da prudência e ao exercício dos dons que lhe correspondem⁸⁴.

Não podemos recusar o amor continuamente, correndo o risco de endurecermos o coração e de diminuirmos a nossa capacidade de amar. A inteligência deve ser

⁸⁰ *Ibidem*, 213.

⁸¹ *Ibidem*, 214-215.

⁸² Cf. *Ibidem*, 215.

⁸³ *Ibidem*.

⁸⁴ Cf. *Ibidem*, 216.

estimulada para ser amável; desta forma não correrá o risco de ficar limitada a uma lei abstrata e estéril⁸⁵.

Não é obstáculo à moralidade um erro não culpável; no entanto, tendo em vista que não é um ideal, não podemos permitir que se permaneça no erro, pois a nossa aspiração deve ser à luz plena⁸⁶. É necessário que respeitemos a consciência, que a amemos, por isso devemos procurar purificá-la⁸⁷.

Quando nos deparamos perante uma situação em que, agindo de qualquer forma é pecado, devemos procurar agir de acordo com aquilo que considerarmos ser o pecado menor, e revelarmos desta forma que estamos animados de uma boa disposição, por exemplo, faltar à missa ao Domingo por estar doente ou ir à missa prejudicando o estado de saúde porque não devia sair de casa. Também não podemos consentir que a nossa consciência seja laxista, ou seja, julgarmos que não incorremos em pecado ou que somente temos faltas leves, quando na realidade podemos estar a cometer uma falta grave. “A consciência laxista resulta habitualmente de uma grande tibieza no serviço de Deus”⁸⁸.

Não é menos importante o cuidado que se deve ter para não se cair numa consciência escrupulosa, ou seja, que vive constantemente com medo de pecar e que em toda a parte vê perigos. Temos de ter presente a bondade infinita de Deus e o confessor deve revelar este mesmo amor misericordioso e bondoso⁸⁹.

Em síntese, a consciência para Häring é algo comum a todas as culturas mesmo que não lhe chamem por este nome. No entanto é certo que a voz de Deus nos fala no

⁸⁵ Cf. *Ibidem*.

⁸⁶ Cf. *Ibidem*, 224.

⁸⁷ Cf. *Ibidem*, 227.

⁸⁸ *Ibidem*, 228.

⁸⁹ Cf. *Ibidem*, 229-231.

interior, se faz ouvir e nos impele ao bem. Para os filósofos, a consciência recebe uma mensagem de uma força divina, mas impessoal.

O Antigo Testamento revela que o olhar do homem, que lhe é dado por um Deus pessoal que fala à sua consciência, ajuda a refletir sobre as suas próprias ações, entristecendo-se, ou, pelo contrário, alegrando-se. Häring considera que o pecado fere o nosso íntimo. É-nos impossível fugir da nossa consciência. Para quem é cristão, agir segundo a fé, é o mesmo que agir segundo a consciência; por isso, é importante que na nossa vida sejamos sensíveis e que tenhamos gestos concretos de caridade.

A lei da caridade deve ser a alavanca que nos impulsiona à ação. A nossa ação deve acontecer em Deus. Este Deus que nos fala à consciência e nos diz aquilo que devemos fazer ou que não devemos fazer. Sempre caminhando na verdade, procurando uma consciência reta, iremos descobrindo e agindo de acordo com a vontade de Deus.

2.4. Conceito de Lei eterna

Häring refere que a lei em geral, segundo São Tomás de Aquino, é “*uma ordenação da razão ao bem comum, proclamada por aquele que tem o encargo da comunidade*”⁹⁰. Deste modo, a noção de lei tem de ser razoável, e só a pessoa que vive de acordo com valores e conforme a sua consciência encarnando os valores em si mesmo, é capaz de possuir uma lei razoável. A lei geral é algo que é obrigatório; quando se dita uma lei, não se dá um conselho. A lei ordena. A lei tem como fim último

⁹⁰ *Ibidem*, 309.

o bem da comunidade, e é por ele que a lei surge. A lei não é para se guardar; ela tem uma missão e por isso, é nossa obrigação publicá-la, promulgá-la⁹¹.

Já no que diz respeito à lei eterna, e não à lei geral, segundo S. Tomás, esta deve ser entendida como “*o plano da divina sabedoria, que dirige toda a acção e todo o movimento*”⁹². A lei eterna, enquanto plano da sabedoria de Deus, efectiva-se quando Deus decide agir, constituindo-se para o ser humano como um dever, uma lei à qual é chamado a obedecer. A promulgação desta lei eterna é da parte de Deus um acto de eternidade, ao passo que para o homem a sua promulgação positiva da mesma (tomada de consciência desta lei) é um acto de natureza temporal. Ora, nenhuma lei deste mundo adquire força de lei, se não enquanto se apresenta como uma reprodução desta lei divina ou tem pelo menos o seu fundamento nela⁹³.

As promulgações temporais da lei eterna, segundo São Tomás de Aquino, distinguem-se entre a Lei Natural, que engloba a lei física natural e a lei moral natural, e Lei Positiva, que por sua vez se subdivide em lei positiva divina (revelada à humanidade através de uma mensagem de Deus), lei primitiva (dada os nossos primeiros pais), lei mosaica (lei do AT) e a lei de Cristo (lei do NT)⁹⁴.

No Antigo Testamento podem ser atestados três tipos de leis: a “*cultural*” que regulamenta o serviço divino, a “*judiciária*” ou civil que tem a missão de manter unido o povo da aliança e afastá-lo dos povos pagãos, e, por fim, a “*lei moral*” que diz respeito a uma lei moral natural, ou seja, abrange todo o âmbito do bem. Deste modo, as leis morais do Antigo Testamento, porque são revelação explícita da lei moral natural,

⁹¹ Cf. *Ibidem*, 309-310.

⁹² *Ibidem*, 310.

⁹³ *Ibidem*.

⁹⁴ Cf. *Ibidem*, 311.

mantêm a sua “*obrigatoriedade intrínseca mesmo no novo testamento*”⁹⁵. Contudo a sua obrigação última, a sua interpretação e sanção, já não resultam da Antiga Aliança mas da Nova Aliança.⁹⁶

Jesus rejeita atos que os fariseus identificam com a Lei: “*os fariseus e os escribas interrogam-no: “Por que não se comportam os teus discípulos segundo a tradição dos antigos, mas comem o pão com mãos impuras?”* (Mc 7, 5). Ora, Jesus combate especialmente o legalismo, pois Ele quer que o povo o honre, não com os lábios e o coração afastado d’Ele, mas com a vida, cumprindo os mandamentos de Deus. Jesus veio aperfeiçoar a Lei, revelando-se a Palavra definitiva; Ele é o único mediador entre Deus e os redimidos.

Não podemos perder de vista que a Lei é necessária para entrar na vida eterna, pois o próprio Jesus não a aboliu, mas levou-a à perfeição (cf. Mt. 5, 17). O que Jesus condena e rejeita são as tradições humanas que os escribas identificam com a Lei (cf. Mt. 23, 23). A salvação, contudo, não vem do cumprimento da Lei, mas da graça que Cristo concede: “*Nem eu te condeno. Vai, e de agora em diante não peques mais*” (Jo 8, 11). Procurando seguir os passos de Cristo, não podemos permitir que a caridade se esfrie visto que Deus é Caridade⁹⁷.

Häring procurou definir os principais traços da Lei Nova com base em determinadas expressões bíblicas⁹⁸, a saber:

- “*Carregai o peso uns dos outros e assim cumprireis a Lei de Cristo*” (Gal. 6, 2). Nesta afirmação somos convidados a viver a lei do amor vivida por Cristo, não uma lei de preceitos como era a lei de Moisés. Queremos encarnar a pessoa de Cristo como

⁹⁵ *Ibidem*, 330.

⁹⁶ Cf. *Ibidem*, 328-330.

⁹⁷ Cf. *Ibidem*, 330-332.

⁹⁸ Cf. *Ibidem*, 335-343.

um ideal de vida humana. Cristo fez-se o verdadeiro Legislador da Nova Aliança. Jesus revelou-nos esta Lei Nova através de gestos de amor (Jo 13, 12), e também por palavras que fluíam com autoridade (Jo 15, 12). Esta Lei Nova trás consigo um ideal de perfeição, e, para prova disso, basta observar as bem-aventuranças (Mt. 5, 1-12), a oração sacerdotal, bem como o discurso após a ceia (Jo 13, 31-17, 26). Esta Lei Nova parte de um impulso interior da graça do Espírito Santo. Cristo, Deus e Homem, é o arauto e o destinatário da vontade amorosa do Pai do céu. O cristão tem Cristo e, por isso, Ele é a sua Lei, pois a Ele foi incorporado pelo Espírito Santo. Portanto, seguir Cristo é viver em Cristo.

- *“Eis a aliança pela qual ficarei unido ao povo de Israel, depois daqueles dias, diz o Senhor: Porei minhas leis na sua mente, e as inscreverei no seu coração; e eu serei o seu Deus, e eles serão o meu povo.”* (Heb.8, 10); *“Porque esta é a aliança que concluirei com a casa de Israel depois desses dias, oráculo de Iahweh. Porei a minha lei no fundo do seu ser e a escreverei em seu coração. Então serei o seu Deus e eles serão o meu povo.”* (Jer. 31, 33). Para Häring o mais importante nesta Nova Lei é a mudança do coração, e a capacidade de adquirir novos sentimentos, pela ação do Espírito Santo. A Lei Antiga é comandada pela letra, enquanto a Lei Nova é movida e impulsionada pelo Espírito Santo que nos foi dado (Rom. 5, 5). É o próprio Espírito que nos instrui a partir de dentro, que nos abre o coração para a realização de boas obras. O Amor em pessoa, Jesus Cristo, vem até nós e cheios d’Ele sentimos a necessidade de O transbordar.

- *“A Lei do Espírito da vida em Cristo Jesus te libertou da lei do pecado e da morte”* (Rom. 8, 2). É claro que a graça do Espírito Santo é a Lei Nova. O que se relaciona com a Lei e nos é dito de forma oral ou escrita, advém da graça do Espírito Santo e de a saber usar corretamente. A caridade é sempre o cumprimento da Lei.

- *“Mas aquele que considera atentamente a Lei perfeita da liberdade e nela persevera não sendo ouvinte esquecido, antes, praticando o que ela ordena, esse é bem-aventurado no que faz.”* (Tg 1, 25); *“Falai, pois, e agi como os que hão-de ser julgados pela Lei da Liberdade, ...”* (Tg 2, 12). Com estas citações Häring pretende fazer-nos compreender que, se procurarmos cumprir esta Lei Nova, agimos bem, porque amaremos o Senhor e ao próximo também. No entanto, isto só pode acontecer se nos deixarmos guiar pela Igreja, a esposa do Espírito Santo. Não nos podemos afastar da Igreja, correndo assim o risco de nos afastarmos da *“lei da fé”* (Rm. 3, 27) e da unidade da caridade.

Síntese do Capítulo II

Ao homem, criado livre por Deus, foi dado o poder de gerir a terra. Todas as coisas lhe foram dadas para que ele seja feliz. A graça de Deus quer revelar-nos qual o caminho a seguir, e, se nos deixarmos guiar pela graça, alcançaremos a verdadeira liberdade dos filhos de Deus. É do nosso interior que partem as grandes decisões, por isso devemos procurar não nos ferirmos interiormente e ajudar os que sofrem inquietações, dando-lhes confiança, ajudando-os a carregar a sua cruz, exercendo desta forma a caridade.

Um outro aspeto que convém focar é a nossa consciência, pois embora lhe possam dar nomes diferentes, a consciência está presente em todas as pessoas de todas as culturas. Há uma voz que nos chama a atenção e nos convida a realizar isto ou aquilo; que nos diz que algo está bem ou mal. Quando pecamos, ferimo-nos interiormente, e, por isso, torna-se impossível que escapemos à voz da consciência, pois esta caminha

sempre conosco, convidando-nos ao amor e a amar. Esta deve ser bem guiada, para que não se torne doente; ou seja, não considere tudo como pecado ou pelo contrário ache que nada é pecado. É necessário possuir um amor profundo à consciência.

Tendo em vista este amor a Deus e ao próximo a que somos convidados, não nos podemos esquecer que há leis, e é bom que fique bem claro que a lei surge somente para o bem da comunidade. É a divina sabedoria que nos rege e governa, que faz mover todas as coisas; é assim que Häring entende a lei eterna. Temos no Antigo Testamento a lei do culto, a lei civil e a lei moral. A primeira é para o serviço divino, a outra serve para que não haja desunião no povo da aliança e para que estes não se aproximem dos pagãos, e, por último, vem a lei moral que envolve todo o âmbito do bem.

Jesus combate o legalismo, pois quer que tenhamos a palavra no coração e na vida e não na boca somente. Seguindo os passos de Jesus, devemos procurar um caminho que se pautar pelo perdão e pelo amor. Devemos pautar-nos pela preocupação de ajudar o outro a carregar a sua cruz, trazer na nossa mente e no nosso coração a lei do Senhor, e fazer d'Ele o único Senhor das nossas vidas; deixar-nos dirigir pela graça do Espírito Santo, que é a nova lei. O amor é sempre o cumprimento da lei.

Devemos procurar a lei perfeita da liberdade abrindo os nossos corações. É na escuta e no pôr em prática a Palavra de Deus que encontramos a verdadeira liberdade, porque a nova Lei é justamente uma lei que dá vida, porque a nova Lei é “lei de Graça” que nos é dada pelo estar em Cristo segundo o Espírito Santo.

Depois de termos apresentado o contributo decisivo de B. Häring para a renovação da Teologia Moral no tempo que precede o início do Concílio Vaticano II, chamando atenção para a novidade que nos outorgou no reequacionar dos fundamentos da Teologia Moral e na elucidação de alguns dos conceitos basilares da mesma e que estão expressos na obra *A Lei de Cristo*, importa agora, como dissemos no fim do

primeiro capítulo, proceder à enunciação do contributo que B. Häring deu para a Moral proposta no Concílio. Esta enunciação far-se-á pela breve análise de alguns dos documentos conciliares para os quais, segundo os especialistas, Häring terá dado o contributo da sua reflexão.

CAPÍTULO III

O contributo de Bernhard Häring para a Teologia Moral no Concílio Vaticano II.

Bernhard Häring participou no Concílio Vaticano II, e, por isso, o seu nome ficará para sempre ligado à renovação da Teologia Moral, também levada a cabo pelo próprio Concílio. E, se por um lado, se constituiu como apoio e garantia dos esforços de renovação anteriormente feitos, por outro, marcou o início de uma nova orientação da Teologia Moral⁹⁹. A participação ativa de Häring no Concílio foi uma mais-valia para a renovação da Igreja. Este grande homem de Deus, em 1963 foi convidado pelo Papa Paulo VI para pregar exercícios espirituais no Vaticano. Häring também foi nomeado consultor da Comissão Preparatória do Concílio e Perito do Concílio por João XXIII. Participou ativamente em diversos documentos: *Lumen Gentium*, *Dignitatis Humanae*, *Optatam Totius* e *Gaudium et Spes*.

O Concílio deu um grande contributo para a renovação da Teologia Moral: “muitos documentos conciliares, ainda que não sejam directamente de índole moral, são valiosos contributos neste campo: destacamos a importância da *Lumen Gentium* para a compreensão de uma moral eclesial; da *Dei Verbum*, em ordem a uma fundamentação bíblica da moral (...). Mas onde se põe em destaque a dimensão moral do Concílio é na constituição pastoral *Gaudium et Spes*, onde se tratam temas concretos e decisivos da vida e do comportamento dos cristãos”¹⁰⁰.

⁹⁹ Cf. M. VIDAL, *Concilio Vaticano II y Teología Pública. Un “nuevo estilo” de ser Cristiano en el mundo*, Editorial Perpetuo Socorro, Madrid, 2012, 127.

¹⁰⁰ J. TRIGO, *A Teologia Moral no Concílio Vaticano II e no período posterior*, in *Ética: Consciência e Verdade*, Ed. Faculdade de Teologia, Lisboa, 2001, 111.

Assim sendo, importa encontrar nos documentos conciliares alguns desses elementos para a renovação da Teologia Moral, pois, como se sabe, o Concílio não se ocupou da Teologia Moral num documento específico. Não pretendemos abordar de forma exaustiva cada documento. Assim, por opção metodológica, abordaremos alguns de forma bastante resumida, enquanto que a outros dedicaremos mais atenção pela pertinência e importância que têm para a Teologia Moral no Concílio, como sejam o *Decreto sobre a Formação Sacerdotal (Optatam Totius)* e a *Constituição Pastoral sobre a Igreja no Mundo Actual (Gaudium et Spes)*.

1. A Constituição *Lumen Gentium*

No que se refere à Constituição *Lumen Gentium*, concretamente no que diz respeito à temática sobre os leigos, Häring fez a redação final do Capítulo 4, e empenhou-se para que fosse tratado também o tema “*vocação de todos à Santidade comum cristã*” (Capítulo 5). Interveio também para que Maria não fosse esquecida (Capítulo 8), exercendo ainda as funções de secretário na Subcomissão sobre a liberdade religiosa¹⁰¹. Para ele, a Teologia Moral tem a tarefa de formar todo o povo de Deus; este é um dever eclesial da mesma. O ideal seria conseguir-se que o maior número de leigos viesse a intervir na resolução dos problemas morais¹⁰².

¹⁰¹ Cf. M. VIDAL, B. Häring, *Un Renovador de la Moral Católica*, Editorial Perpetuo Socorro, Madrid, 1999, 90-91.

¹⁰² Cf. *Ibidem*, 94.

2. O Decreto *Optatam Totius*

No número 16 do *Decreto sobre a Formação Sacerdotal – Optatam Totius* – está resumido todo o esforço que Häring teve para a renovação da Teologia Moral. Na verdade, foi pedido a Häring que ajudasse na redação sobre a formação dos futuros sacerdotes em matéria de Teologia Moral. Ora, Häring não só colaborou na redação definitiva do Decreto, mas o texto proposto por Häring, como o próprio confessa e refere, é quase exatamente o que encontramos no texto da *Optatam Totius* 16 com uns pequenos detalhes no que diz respeito à redação¹⁰³.

Deixamos aqui a versão definitiva do texto: “*As disciplinas teológicas devem ser ensinadas à luz da fé e sob a orientação do Magistério da Igreja, de tal modo que os alunos consigam haurir cuidadosamente a doutrina católica da divina Revelação, (...). Sejam os alunos formados com especial cuidado no estudo da Sagrada Escritura, a qual deve ser como que a alma de toda a Teologia. (...) As outras disciplinas teológicas devem, da mesma forma, ser renovadas por um contacto mais vivo com o Mistério de Cristo e a história da Salvação. Dedicar-se-á um cuidado especial ao apreçamento da Teologia Moral, cuja exposição científica, bem alimentada pela doutrina da Sagrada Escritura, revelará a sublime vocação do cristão e o seu dever de produzir frutos na caridade para a vida do mundo*”.

As implicações deste número são inúmeras como evidencia Jerónimo Trigo, quando relewa que a Teologia Moral deve assumir como ponto de partida a própria Teologia, uma vez que estão intimamente unidas uma à outra. Por isso, a “*Teologia Moral deve ser um autêntico saber ético, exposto cientificamente, segundo o método da*

¹⁰³ Cf. B. Häring, *Minha Participação no Concílio Vaticano II*, in Revista Eclesiástica Brasileira (REB), Fasc. 214, 1994, 393.

*ciência teológica, a sistematização, as fontes, a argumentação, as temáticas, de modo a apresentar-se não como um conjunto de normas prontas a serem aplicadas, ou como uma exortação piedosa, mas como uma proposta bem fundamentada teologicamente*¹⁰⁴.

Outro aspeto fundamental salientado tem a ver com o facto de que a Teologia Moral se deve cada vez mais alimentar da Sagrada Escritura, pois é nela que deve inspirar-se para se pronunciar sobre Deus, o homem e as suas relações. É justamente o que se encontra expresso no número 16 do Decreto *Optatum Totius*, mas também na Constituição Dogmática *Dei Verbum* 24, onde se pode ler que as “*Sagradas Escrituras contêm a palavra de Deus; por isso, o estudo destes sagrados livros há-de ser como que a alma da sagrada Teologia*”.

Um terceiro aspeto que decorre do número 16 do *Decreto sobre a Formação Sacerdotal* é que a Teologia Moral deve ser enquadrada no contexto do Mistério de Cristo e da História da Salvação, e, ao mesmo tempo, num quarto aspeto, a Teologia Moral tem o dever de realizar uma “*exposição científica*”, ou seja, deve ter em conta os dados das ciências sociais e humanas, e organizar-se como um autêntico saber¹⁰⁵.

A Teologia Moral, quinto aspeto, deve provocar no cristão a consciência da sua realidade, fazer com que ele entre dentro de si e se conheça ontologicamente. Desta forma ele irá tirando as suas conclusões éticas das consequências que advêm das suas experiências. Assim a Moral tem o dever de “*destacar primeiro a acção salvífica de Deus nas pessoas e na história, e só depois a moralidade humana; há-de aparecer como uma boa nova, que suscite o desejo, cada vez mais vivo, de lhe permanecer fiel. Da vocação em Cristo brota a resposta livre e pessoal do cristão. O Concílio propõe*

¹⁰⁴ J. TRIGO, *A Teologia Moral no Concílio Vaticano II e no período posterior*, 113.

¹⁰⁵ Cf. V. SCHURR – M. VIDAL; *Bernard Häring y su nueva Teología Moral Católica*, Ed. Covarrubias, Madrid, 1989, 86.

uma moral da santidade: o acolhimento da vida em Cristo, e fazer dela o princípio do agir moral”¹⁰⁶.

Um sexto aspeto a destacar, refere-se ao facto de que a Moral Teológica é para todo o Povo de Deus, a Igreja que é o corpo de Cristo que vive na história. A Igreja tem um olhar mais além, um olhar escatológico, pois caminha para a Nova Jerusalém. A vida cristã é a maior aventura da vida, ela é realmente um encontro, uma relação de intimidade profunda pessoal e verdadeira com Deus através de Jesus Cristo. Ela exige de nós uma conversão permanente e pede-nos que sejamos vigilantes, para que sejamos sempre mais fiéis e alcancemos a plenitude da vida. Por isso, neste *“caminhar, tantas vezes incerto, a teologia moral tem como missão acompanhá-la criticamente, iluminando e animando o seu peregrinar no mundo, ao mesmo tempo que faz o discernimento das situações mais complexas ou menos claras, nos mais variados âmbitos e condições das pessoas*”¹⁰⁷.

Todos os cristãos estão envolvidos nesta dinâmica, todos estão chamados à transformação do mundo pela ação do Espírito Santo. A Igreja deve estar em constante diálogo com o mundo. Ela tem a missão de aumentar esta família dos filhos de Deus. No entanto, sabemos que *“nascida do amor do Pai eterno, fundada no tempo por Cristo Redentor, reunida no Espírito Santo, a Igreja tem uma finalidade salvífica e escatológica, que só pode ser plenamente atingida no mundo futuro”* (GS 40). Mas o cristão sabe que deve procurar começar aqui, agora e já, o Reino dos céus. Deve colocar-se em prática a fé professada.

O cristão deve dar frutos pela caridade. Devemos ser benevolentes uns para com os outros, perdoar as ofensas; enfim, fazer aos outros o mesmo que gostamos que nos façam a nós. Porque temos a obrigação de procurar fazer o bem, devemos fazer com que

¹⁰⁶ J. TRIGO, *A Teologia Moral no Concílio Vaticano II e no Período Posterior*, 115.

¹⁰⁷ *Ibidem*, 116.

o nosso irmão se valorize, se ame e se sinta bem perto de nós, nunca inferior. Devemos elevar o nosso irmão, tendo presente que Deus habita nele. Desta forma vamos exercendo a nossa caridade e mudando o mundo. Não podemos permitir que o individualismo reine. O nosso esforço está em fazer a comunhão. O povo de Deus tem de tomar consciência de que é *“para toda a humanidade um germe fecundíssimo de unidade, de esperança e de salvação. Estabelecido por Cristo em ordem à comunhão de vida, amor e verdade, nas mãos d’Ele serve também de instrumento da redenção universal, e é enviado a todo o mundo, como luz desse mundo e sal da terra”* (LG 9).

Em síntese, e seguindo as indicações de Marciano Vidal, temos que o Concílio exige em matéria de Teologia Moral o seguinte:

- Uma moral alimentada pela doutrina da Sagrada Escritura, o que implica que não basta justapor ou acumular citações bíblicas, mas é necessário enquadrar a Moral na História da Salvação que culmina em Cristo. Por isso, na Escritura a doutrina moral é tida como a lei de Cristo e do seu amor.

- Requer-se uma exposição científica da Moral, o que significa que a Moral deve ter em conta os dados das ciências humanas, e ser capaz de se organizar como um autêntico saber que não fique reduzido à casuística.

- Importa que a Moral tenha em consideração e destaque a excelência da vocação dos fiéis em Cristo, o que faz com que, antes de falar de “obrigação”, apresente e fundamente a excelência da vocação cristã, que é pessoal mas também comunitária, pois é recebida no seio da comunidade e está orientada para o seu serviço.

A Moral proposta pelo Concílio deve conduzir à obrigação de gerar frutos na caridade para a vida do mundo, sendo que esta obrigação não é exterior, uma espécie de norma de uma moral heterónoma (imposta e indicada por outros), mas deve ser consequência da excelência da vocação (o *agir segue o ser: “agere sequitur esse”*). Dar

frutos na caridade, expressão joanina, diz a fecundidade espiritual que deve acontecer e tal deve ser para a vida do mundo, ou seja, na solidariedade com os outros homens, também criados por Deus e redimidos em Cristo¹⁰⁸.

3. A Constituição *Sacrossanctum Concilium*

O Concílio veio propor uma renovação a níveis gerais que vem tocar na Teologia Moral. Ora, A *Constituição sobre a Liturgia (Sacrossanctum Concilium)* vem ajudar-nos a olhar para a vida cristã à luz do mistério Pascal de Cristo, como de resto era esse um dos aspetos referidos no Decreto sobre a Formação Sacerdotal que tratámos anteriormente e que focava justamente que a Teologia Moral renovar-se-ia também por um contato com as outras ciências teológicas, com o Mistério de Cristo. Ora, no centro de toda a Teologia Moral deve estar a graça de Deus, bem como o sentido da existência cristã está na adoração e na glorificação de Deus¹⁰⁹. Nesse sentido, Häring insistiu sempre na importância da oração pessoal, uma vez que para o Autor a qualidade da vida espiritual não estava nas coisas externas, e estas não tinham sentido se não fossem acompanhadas de uma intensa oração pessoal¹¹⁰.

¹⁰⁸ Cf. M. VIDAL, *Concilio Vaticano II y Teología Pública*, 144-145.

¹⁰⁹ M. VIDAL, B. Häring, *Un Renovador de la Moral Católica*, 94.

¹¹⁰ Cf. R.GALLAGHER, *Häring al Vaticano II*, in Martin McKeever (Dir.), *Bernhard Häring. Un redentorista felice*, Editiones Academiae Alfonsianae, Roma, 2008, 82.

4. A Declaração *Dignitatis Humanae*

Como perito, Häring deu a sua colaboração para a formulação dos fundamentos teológicos da *Declaração sobre a Liberdade Religiosa* – “*Dignitatis Humanae*” – que trata concretamente da “*liberdade absoluta do acto de fé, da dignidade da pessoa humana baseada na inviolabilidade da consciência pessoal e da falta de experiência da parte da autoridade civil no dar o seu juízo sobre a Sagrada Escritura e a sua interpretação*”¹¹¹.

A *Declaração sobre a Liberdade Religiosa* apela para o respeito profundo pela reta consciência dos outros. A Igreja respeita a obra que o Espírito Santo vai realizando em toda a humanidade e, mais especificamente, no santuário da consciência de cada pessoa. Por este motivo é que se torna cada vez mais necessária a formação das consciências e que as consciências escutem as razões da razão¹¹².

Importa ainda ter presente que o tema da liberdade religiosa na sua relação também com a consciência foi posteriormente tratado por Häring na obra *Livres e Fiéis em Cristo*, obra pós-conciliar, nomeadamente no capítulo IV do I volume.

5. A Constituição *Gaudium et Spes*

B. Häring foi escolhido como secretário responsável pela elaboração do texto da

¹¹¹ *Ibidem*, 86.

¹¹² M. VIDAL, B. Häring, *Un Renovador de la Moral Católica*, 95.

*Constituição Pastoral sobre a Igreja no Mundo Actual – Gaudium et Spes*¹¹³, – em Novembro de 1963. Nessa condição competiu-lhe a coordenação da Comissão constituída para conduzir a tarefa da sua elaboração. Não obstante, Häring foi secretário numa situação muito difícil, pois, fora-lhe incumbida a tarefa de elaborar, num curto espaço de tempo, um texto digno de um Concílio e capaz de responder a um tipo de problemática nunca antes tratada por um Concílio Ecuménico. Este texto tinha de ser positivo, capaz de dar uma resposta ao mundo¹¹⁴.

É com o texto de Zurique¹¹⁵ que começa a tomar forma a perspectiva encarnacionista da *Gaudium et Spes*, centrando-se sobretudo na categoria dos sinais dos tempos, e adquirindo um tom cristológico que se mantém até ao texto final. O texto de Zurique sublinha que a Igreja deve ser solidária para com o mundo, sendo chamada a descobrir e a redescobrir os sinais dos tempos. Häring tinha uma missão muito difícil, pois teve de dar o seu parecer em relação ao texto de Zurique, que, por sua vez, foi muito criticado. Ao ler o texto pareceu-lhe correto. Já Karl Rahner e Yves Congar consideravam o texto muito profundo. Apesar de muito criticado, o texto final da *Gaudium et Spes* conserva muito do texto de Zurique¹¹⁶.

¹¹³ CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II. Documentos Conciliares, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1998, 206. A partir de agora citamos a *Gaudium et Spes* como GS seguida do respetivo número.

¹¹⁴ Cf. R.GALLAGHER, *Häring al Vaticano II*, in Martin McKeever (Dir.), *Bernhard Häring. Un redentorista felice*, 87.

¹¹⁵ Este foi o 3º esquema da *Gaudium et Spes*, que fora precedido do “romano” e de um outro elaborado em Malines (França), apresentado e discutido entre 20 de Outubro e 9 de Novembro de 1964, em Zurique, no qual Häring havia colaborado e começa justamente com as palavras *Gaudium et Spes*. Recebe o nome de texto ou esquema de “Zurique”, dado que foi nessa cidade que a equipe encarregue de o elaborar se juntou e o elaborou. Cf. Cf. B. HÄRING, *Minha Participação no Concílio Vaticano II*, 389.

¹¹⁶ Cf. R.GALLAGHER, *Häring al Vaticano II*, in Martin McKeever (Dir.), *Bernhard Häring. Un redentorista felice*, 87-88.

No mês de Outubro de 1964, Häring viu o texto ser considerado em aula conciliar, como um texto que sofria de uma falta de coerência teológica e bíblica. No fim de Novembro de 1964 desse ano, Häring foi substituído no cargo de secretário da Comissão. Aceita esta decisão, sendo obediente, (mas com sofrimento), tudo para bem do projeto da *Gaudium et Spes*. Embora Häring tenha mudado de papel, é de justiça afirmar que ele foi um grande colaborador na elaboração da *Gaudium et Spes*, tendo trabalhado sobretudo o capítulo sobre o matrimónio e a família¹¹⁷.

Um novo alento surgiu na forma como a *Constituição Pastoral sobre a Igreja no Mundo Actual* (GS) estabeleceu a relação entre a fé e as realidades humanas, como fica expresso no modo como este documento se inicia. A Igreja, como a comunidade dos discípulos de Cristo, assume as “alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens do nosso tempo, sobretudo dos pobres e de todos os aflitos, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo, e nada existe de verdadeiramente humano que não encontre eco no seu coração” (GS 1). Com efeito, resulta deste memorável e já quase proverbial início que o moralista perante esta extraordinária afirmação, que não deixa equívocos, deve colocar-se numa atitude de vigilância, com uma mente aberta e, como não poderá deixar de ser, deve procurar estar sempre informado¹¹⁸, de modo a poder responder de forma evangélica à vida concreta dos homens e também pela leitura dos sinais dos tempos, uma vez que, como confessa Häring, “a originalidade do meu subsídio, se é que se pode falar assim, consistiu em sublinhar a proximidade da vida concreta da humanidade e os sinais dos tempos”¹¹⁹.

¹¹⁷ Cf. *Ibidem*, 89.

¹¹⁸ M. VIDAL, B. Häring, *Un Renovador de la Moral Católica*, 95-96.

¹¹⁹ B. HÄRING, *Minha Participação no Concílio Vaticano II*, 389.

5.1. A moral cristocêntrica da *Gaudium et Spes*

A consciência de que Cristo, verdadeiro Deus e Homem, nos revela a nossa vocação tanto a humana como a divina, e que em Cristo vamos aprofundando o conhecimento sobre nós mesmos, foi magnificamente afirmado pela Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* no nº 22, onde podemos ler que “*na realidade, o mistério do homem só se esclarece verdadeiramente no mistério do Verbo Encarnado*”. É à luz de Cristo que todo o Concílio procura apresentar e aprofundar o mistério da pessoa humana, pois como nos relembra o Professor Jerónimo Trigo, ao referir-se ao número 10 daquela Constituição Pastoral, é à luz de Cristo, que o Concílio se propõe falar a todos os homens, para esclarecer o mistério do homem e para nos ajudar a encontrar a solução dos problemas maiores do nosso tempo¹²⁰.

É nosso dever olhar para Cristo e como Ele fez, assim nós deveremos fazer também, pois não há ninguém que tenha encarnado melhor a nossa realidade e a quem devamos tanto como a Jesus. Ele revelou-nos de forma extraordinária o rosto do Pai e, além disso, mostrou-nos a vocação para a qual fomos chamados, numa forma muito simples, quando “*participou nas Bodas de Caná, entrou em casa de Zaqueu, comeu com os publicanos e os pecadores (...) santificou as relações humanas, (...) e submeteu-se voluntariamente às leis da sua pátria. Quis levar a vida própria de um operário do seu tempo e da sua terra*” (GS 32).

Jesus sempre apelou à unidade entre todos, procurou fazer com que todos descobríssemos que somos irmãos, pois temos um Pai em comum e um irmão, Cristo, que teve a coragem de se deixar crucificar por amor doando-nos a Sua vida: “*Ninguém tem maior amor do que aquele que dá a vida por seus amigos*”(Jo 15, 13). Ele deu aos

¹²⁰ Cf. J. TRIGO, *A Teologia Moral no Concílio Vaticano II e no Período Posterior*, 118.

Apóstolos a ordem de pregarem o Evangelho a todas as pessoas sem aceção, para que, unidos no Seu amor, possamos ser e revelarmo-nos uma família numerosa onde Deus se torna visível pela nossa boca e pelas nossas ações. Portanto, devemos fazer crescer a solidariedade entre os homens, de modo que “*até ao dia em que será consumada, e em que os homens, salvos pela graça, como família amada por Deus e por Cristo Irmão, darão a Deus uma glória perfeita*”, como podemos ler em GS 32.

5.2. A *Gaudium et Spes* 16: a consciência moral

O Concílio Vaticano II veio tratar de uma forma nova a temática da consciência moral, relativamente ao modo como esta era entendida na Teologia Moral Casuística. Este tema, basilar em Teologia Moral, encontra-se magistralmente condensado no número 16 da GS, cujo texto se deve a uma proposta que fora elaborada pelo Padre Häring e pelo Padre Domenico Capone ambos da Academia Alfonsiana e que veio a ser aceite literalmente, realizado através de um *iuxtamodum*, como confessou o próprio Autor¹²¹.

Antes de entrar diretamente no número 16 da GS, é desejável contextualizá-lo, ainda que brevemente, uma vez que ele faz parte do primeiro capítulo da GS, que tem como título *A dignidade da pessoa humana*, e compreende os números 12 a 22.

No seguimento da proposta apresentada pelo Professor Jerónimo Trigo, iniciaremos esta reflexão pelo número 14 que trata da constituição básica da natureza humana, e na qual se afirma com toda a clareza a unidade do homem, enquanto composto de corpo e da alma. Em virtude dessa unidade, afirma o número 14 da GS, o

¹²¹Cf. B. HÄRING, *Minha Participação no Concílio Vaticano II*, 393.

homem “*pela sua interioridade excede, com efeito, o universo: é a esta profunda interioridade que regressa quando entra no seu coração, onde o espera Deus, que perscruta os corações, e onde ele mesmo, sob o olhar de Deus, decide o seu próprio destino*”. Ora, é no mais profundo do ser da pessoa que ela se deve encontrar com Deus, para que, desta forma, Deus a ajude a tomar as decisões que tem de tomar para a sua vida¹²².

É a sabedoria que nos leva a ir ao encontro do amor, da verdade, do bem; e é ela que tem a capacidade de nos conduzir das coisas visíveis às invisíveis (Cf. GS 15). Já o n.17 da GS atesta a grandeza da liberdade, a única que tem a capacidade de nos orientar para o bem. O homem é dotado de livre-arbítrio; se este escolher bem tornar-se-á um sinal visível da imagem do divino no homem. Esta liberdade anda sempre ligada à consciência, pois “*a dignidade humana exige, portanto, que o homem actue segundo a sua consciência e livre escolha, isto é, movido e determinado por uma convicção pessoal interior, e não por um cego impulso, ou por mera coacção externa*” (GS 17).

A grandeza da nossa ação está no agir segundo a nossa própria dignidade, numa adesão pessoal e interior. Devemos fazer um caminho que nos leve a ser autónomos, e o alcance de tal dignidade é possível, quando o homem se liberta “*inteiramente da escravidão das paixões, avança para o seu destino pela livre escolha do bem e procura eficazmente e com diligente cuidado os meios adequados*” (GS 17)¹²³.

O Concílio Vaticano II, ao falar da consciência moral no número 16, retoma, refere o Professor Jerónimo Trigo, “*a mais genuína tradição cristã e apresenta uma doutrina personalista e aberta. Supera a estreita noção de consciência que os Manuais de Teologia Moral apresentavam, a consciência como serva da lei*”¹²⁴. Quer dizer, já

¹²² Cf. J. TRIGO, *A Teologia Moral no Concílio Vaticano II e no período posterior*, 125.

¹²³ Cf. *Ibidem*, 125-126.

¹²⁴ J. TRIGO, *A consciência moral e a sua formação*, in *Questão Ética e Fé Cristã II*, Ed.

segundo Vítor Coutinho, que a função da consciência, enquanto elemento ao serviço da lei, era fazer a passagem das leis universais para o nível particular, ou seja, ditar ao sujeito como agir em situações concretas com base nas leis universais¹²⁵.

Ao contrário, a consciência de que trata a GS 16 é, comenta Jerónimo Trigo, como que uma interioridade profunda da pessoa e é natural no homem, somente pelo facto de ser¹²⁶. É também aqui que o crente se encontra com Deus; é aqui que Ele lhe fala e o homem corresponde aos Seus apelos ou não, uma vez que “*a consciência é o núcleo mais secreto do homem, e o santuário onde ele está a sós com Deus, cuja voz ressoa no seu íntimo*” (GS 16).

A consciência como santuário do encontro com Deus, dá nota do carácter transcendente da consciência, enquanto expressão do diálogo entre Deus e o homem, não só do crente, mas de todo o homem que oriente o seu agir para o bem absoluto, e, diz Vítor Coutinho, mesmo que “*não se dê conta, encontra-se implicitamente, no íntimo da sua consciência, com Deus*”¹²⁷. Ora o Concílio relaciona a consciência com a dignidade da pessoa humana e não com a lei natural, como nos alerta Vítor Coutinho, o que faz com que o Concílio dê relevo à dimensão personalista da consciência¹²⁸.

No fundo da consciência descobrimos uma lei “*cuja voz ressoa oportunamente aos ouvidos do seu coração, convidando-o a amar e a fazer o bem e evitar o mal: faz isto, evita aquilo*” (GS 16). Ora, o coração a que o texto da GS faz referência diz a totalidade da pessoa, a sua interioridade com tudo o que ela possui; por isso, como

Verbo, Lisboa, 1989, 164.

¹²⁵ Cf. V. COUTINHO, *Consciência e liberdade à luz da doutrina do Concílio Vaticano II*, in Didaskalia, XLII, 2012, 149.

¹²⁶ Cf. J. TRIGO, *A Teologia Moral no Concílio Vaticano II e no período posterior*, 126.

¹²⁷ V. COUTINHO, *Consciência e liberdade à luz da doutrina do Concílio Vaticano II*, 155.

¹²⁸ Cf. *Ibidem*, 151.

refere V. Coutinho, a consciência moral é o “*próprio sujeito enquanto agente moral, nos seus juízos, decisões e atitudes*”¹²⁹.

Lemos que no coração do homem, no interior de si mesmo, se encontra uma lei inscrita: o “*homem tem uma lei inscrita por Deus no seu coração; a sua dignidade está em obedecer-lhe e segundo ela será julgado*” (GS 16). Mas que lei é esta? Esta é a verdadeira “lei natural” à qual o homem deve estar atento, pois esta está na sua própria natureza e ele deve obedecer-lhe. Esta “lei natural”, segundo J. Trigo, quando reforçada por uma dimensão religiosa, faz um todo, com a “lei nova”, que é a graça de Deus, derramada pelo Espírito Santo nos nossos corações¹³⁰.

A obediência a esta “lei natural” é a “*da pessoa a si mesma, ao seu dinamismo profundo, humano e divino*”¹³¹. O nosso julgamento, no entanto, há-de ser com base na lei nova, onde impera a lei do amor: “*é de um modo admirável que a consciência nos dá a conhecer essa lei, que se cumpre no amor de Deus e do próximo*” (GS 16).

J. Trigo, por seu lado, alerta-nos para o facto deste princípio universal da moralidade – *fazer bem e evitar o mal* – se encontrar enriquecido, no texto conciliar, pela nota do amor, o que faz com que o nosso agir moral quotidiano deva estar informado pelo amor que faz com que a caridade seja o centro e a transparência da consciência¹³². Por isso, o amor aparece como a lei fundamental da consciência, ou seja, “*a lei das leis, a lei fundamental da consciência. As outras leis, entre as quais a lei natural, não estão excluídas, mas não têm o primeiro lugar; emergem na consciência,*

¹²⁹ *Ibidem.*

¹³⁰ Cf. J. TRIGO, *A Teologia Moral no Concílio Vaticano II e no período posterior*, 127.

¹³¹ *Ibidem.*

¹³² Cf. J. TRIGO, *A Consciência Moral e a sua Formação*, 165.

*que ama, e dizem o que é preciso fazer. Antes de obrigações a cumprir, está a obrigação de amar*¹³³.

É a consciência fundamental que dá à consciência atual a razão de ser, “*cuja voz ressoa oportunamente aos ouvidos do seu coração*” (GS 16). A consciência atual fica secundarizada, pois, é a primeira que dá o sentido de ser à segunda, o que não acontecia na Casuística¹³⁴. Por isso, continua o Professor J. Trigo, torna-se urgente uma boa formação das consciências, uma vez que formar consciências é “*aprender a escutar a interioridade profunda de si mesmo, da humanidade e também a voz de Deus*”¹³⁵, ou, dito de outro modo, formar “*a consciência moral é, neste sentido, fomentar o diálogo moral e despertar, promover e incentivar a capacidade de escuta de Deus, capacidade que ele próprio dá a todos*”¹³⁶. Se a pessoa não tiver uma consciência bem formada, nem conhecer as leis humanas, correrá riscos maiores de, em certas situações, aplicar mal a consciência¹³⁷.

A GS 16 afirma que pela “*fidelidade à consciência, os cristãos unem-se aos outros homens, para procurar a verdade e resolver com acerto os numerosos problemas morais, que surgem tanto na vida individual, como na comunidade social*”. Ora, de acordo com o Professor J. Trigo, só é possível o encontro entre os homens na fidelidade à lealdade da consciência, quando esta tende à verdade¹³⁸. Assim, a pessoa que pretende alcançar a verdade, procura trilhar um caminho reto, definindo a retidão da consciência. Esta busca da verdade na lealdade é já um encontro objetivo com o Senhor.

¹³³ *Ibidem.*

¹³⁴ Cf. J. TRIGO, *A Teologia Moral no Concílio Vaticano II e no período posterior*, 128.

¹³⁵ *Ibidem.*

¹³⁶ J. TRIGO, *A Consciência Moral e a sua Formação*, 167.

¹³⁷ Cf. J. TRIGO, *A Teologia Moral no Concílio Vaticano II e no período posterior*, 128.

¹³⁸ Cf. *Ibidem.*

A consciência moral deve caminhar na verdade, uma vez que existe um nexó fontal entre consciência e verdade¹³⁹.

A nossa consciência pode errar, pois não é infalível. Todavia, não perde a sua dignidade se cometeu uma falta por ignorância invencível, como se pode ler no número 16 da GS: “*a consciência erra por ignorância invencível, sem que, por isso, perca a sua dignidade*”. O Concílio coloca a questão da consciência errónea, mas ao errar, se for por ignorância invencível, a consciência não perde a sua dignidade. Mas, como refere Vítor Coutinho, a bondade ou maldade da pessoa que age não pode ser verificada na ação, ou seja, na prática, mas ao nível da consciência fundamental¹⁴⁰, onde o homem se encontra a sós com Deus. Este encontro faz com que a consciência prática, consciência que delibera e age, seja reta, por isso é “*precisamente a retidão da consciência que se torna norma de juízo moral do sujeito*”¹⁴¹.

O Concílio ao referir que a consciência reta, que erra por ignorância invencível, não perde a sua dignidade e continua a ser normativa, está a defender uma conceção personalista da consciência na linha de São Paulo e de São Tomás¹⁴². Por isso, as pessoas, antes de qualquer ação, ou de cumprirem qualquer ordem, devem discernir moralmente na sua própria consciência, e em consciência decidirem, acarretando com as consequências dessas mesmas decisões. É nossa missão procurar dar a conhecer a lei divina, já inscrita no coração de todas as pessoas que povoam esta terra, para que elas possam gradualmente ir-se empenhando na construção de um mundo melhor¹⁴³.

¹³⁹ Cf. *Ibidem*.

¹⁴⁰ Cf. V. COUTINHO, *Consciência e liberdade à luz da doutrina do Concílio Vaticano II*, 154.

¹⁴¹ *Ibidem*.

¹⁴² Cf. FUCHS, Josef, *Il Verbo si fa Carne*, Ed. Piemme, Casale Monferrato, 1989, 37.

¹⁴³ Cf. J. TRIGO, *A Teologia Moral no Concílio Vaticano II e no período posterior*, 129-130.

Síntese do capítulo III

Nesta breve síntese sobre o contributo de Bernard Häring para a Teologia Moral, presente nos documentos conciliares, podemos perceber que a sua participação efetiva se estendeu a vários documentos, desde as constituições até aos decretos. Sem dúvida que o seu contributo mais decisivo, como podemos observar, quer pelas bases que lança, quer pela sua profundidade, se concentra em primeiro lugar no número 16 do *Decreto sobre a Formação Sacerdotal (Optatam Totius)*, quando nele se propõe uma Teologia Moral que seja efetivamente Teologia, que se alimente mais da Sagrada Escritura, que esteja enraizada no Mistério de Cristo e na História da Salvação, e que revele em primeiro lugar a ação salvadora de Deus na vida das pessoas e só depois a moralidade. Destaca-se ainda que a moral teológica é para todo o Povo de Deus, e que todos os cristãos se encontram chamados a dar frutos no mundo pela caridade.

Outro irrenunciável contributo de Häring, que importa destacar pela importância que tem, diz respeito à sua participação na elaboração da *Constituição Pastoral sobre a Igreja no Mundo Actual – Gaudium et Spes* – e mais concretamente no que ao número 16 diz respeito, e que trata justamente da consciência moral, considerada como um santuário onde o homem se encontra a sós com Deus e no qual ele descobre uma lei que não é obra sua, mas do próprio Deus. Lei essa que é capaz de o orientar na realização do bem e na recusa do mal. Na verdade, o Concílio apresenta uma concepção personalista da consciência, que não está isenta de errar por ignorância invencível. No entanto, a caridade é a primeira e a última lei da consciência, o que não exclui as outras leis, entre as quais a lei natural, mas a primeira obrigação é amar.

O tema da consciência moral enquanto tal não é novo na Teologia católica nem na reflexão de Häring, pois como vimos o tema já havia sido tratado na obra a *Lei de Cristo* e voltará a ser retomado, mas agora na esteira do Concílio, na sua obra *Livres e Fiéis em Cristo*, que será objeto da nossa atenção no próximo e último capítulo de que é composta esta dissertação.

Capítulo IV

No pós-Concílio: uma nova Teologia Moral na obra *Livres e Fiéis em Cristo* de Bernhard Häring

Depois de termos percorrido as etapas históricas do desenvolvimento da Teologia Moral desde a casuística, passando pelo período anterior ao Concílio, onde tentámos perceber o contributo de Häring para o mesmo, passando pela sua intervenção nos documentos do próprio Concílio, importa agora refletir sobre o pós-Concílio, concretamente, sobre a Teologia Moral que emerge da obra *Livres e Fiéis em Cristo*. É como que a receção dos mais importantes documentos conciliares, uma vez que, como salienta Marciano Vidal, com o “*Concílio Vaticano II não termina o trabalho de renovação da Teologia Moral. É, na verdade, a partir dele que começa a intensificar-se*”¹⁴⁴.

Para levarmos a bom porto esta nossa intenção, abordaremos não toda a obra, mas tão só dois grandes temas: primeiro, as questões em torno da liberdade e da responsabilidade, e, segundo, algumas das características essenciais da consciência. Estes temas não só são temas fundamentais na Teologia Moral, mas são de uma grande pertinência e atualidade para os nossos dias.

Como já tivemos oportunidade de ver, estes temas já foram tratados anteriormente na primeira grande obra de Häring, *A Lei de Cristo*, o que nos permite perceber que há uma nota de continuidade temática daquela obra anterior ao Concílio, com esta, *Livres e Fiéis em Cristo*, que é pós-conciliar. Como é expetável haverá também alguma evolução e desenvolvimento, fruto do próprio amadurecimento e aprofundamento destas questões pelo próprio Häring, e pela Teologia Moral em geral.

¹⁴⁴ M. VIDAL, *Concílio Vaticano II y Teologia Pública*, 149.

1. A obra *Livres e Fiéis em Cristo*: que novidade?

Após a publicação de *A Lei de Cristo*, e o Concílio Vaticano II ter formalmente encerrado, Häring passou a sentir quase como obrigatório fazer referência ao Concílio nos seus textos, como sinal de acolhimento e receção, do ponto de vista da Teologia Moral. Nesse sentido, Häring sentiu a exigência pessoal de elaborar um novo manual de Teologia Moral, a que já fizemos referência e ao qual deu o nome de *Livres e Fiéis em Cristo*, consciente de que muitas coisas novas aconteceram não só em âmbito eclesial, do qual o Concílio é a sua maior expressão, mas também do ponto de vista da cultura e da sociedade, desde a publicação de *A Lei de Cristo*. A nova obra é também composta de III volumes, embora neste estudo nos dediquemos apenas ao primeiro, que trata da Moral Geral. Häring continua fiel às suas intuições, e mantém como grande intenção, apresentar Cristo como centro de todo o seu pensamento e vida, propondo-nos dois temas fulcrais para os nossos dias: a responsabilidade e a co-responsabilidade.

Häring abre esta obra da seguinte forma: “*É para a liberdade que Cristo nos libertou*” (Gl. 5, 1). O autor inicia com uma citação paulina, e, justifica-o dizendo: “*vinte e cinco anos depois de terminar o terceiro volume da minha obra A Lei de Cristo, tento novamente chegar a uma apresentação compreensiva da Teologia Moral católica (...) Nesses anos, não só tive a oportunidade de observar uma resposta global ao livro A Lei de Cristo, como também estive empenhado num processo único de aquisição de novos conhecimentos através do Concílio Vaticano II e de várias actividades que exerço, incluindo sempre a atenção para ouvir e o esforço para responder (...) Desejo que esta nova e abrangente Teologia Moral possa expressar, com igual clareza e urgência, o enfoque cristocêntrico de A Lei de Cristo*”¹⁴⁵.

¹⁴⁵ B. HÄRING, *Livres e Fiéis em Cristo*, I, 5.

Como podemos aperceber-nos, houve uma mudança no título, este passou da categoria “lei” às categorias “liberdade” e “fidelidade”. “*Na compreensão de Häring, a expressão “lei de Cristo” remetia para o universo cristológico paulino com uma conotação mística de identificação com Cristo. Mas não se pode deixar de reconhecer que a palavra “lei”, nas línguas ocidentais, tem ressonâncias heterónomas e obrigacionistas. A categoria “liberdade” unida a “fidelidade” corresponde melhor à sensibilidade da cultura actual*”¹⁴⁶. Uma das principais missões da Teologia Moral atualmente é formar consciências “*maduras e tranquilas*”¹⁴⁷, uma vez que, durante muito tempo, se dedicou a analisar a maior ou menor gravidade dos pecados cometidos. Hoje, para além de avaliar a gravidade dos erros, ela deve parar para procurar formas de ensinar os cristãos a fazer uma síntese autêntica entre a fé professada e a vida vivida. Contudo, do ponto de vista ético, cada passo dado é um desafio para continuar a caminhar, pois não podemos descansar, na medida em que a perfeição é a nossa meta, e esta, deve exigir que não nos acomodemos, mas que aspiremos sempre a ir mais longe¹⁴⁸.

A Teologia Moral tem um importante papel a exercer no mundo, ofertando-lhe a Boa-Nova que nos foi legada por Jesus. Os novos tempos em que vivemos exigem pessoas maduras, de sólida formação moral, capazes de levarem o Evangelho, sem medo, a todos os locais onde se encontrarem. É urgente transmitir o amor misericordioso de Deus. Devemos passar daquela ideia de um confessor-juiz, para um ministro da misericórdia de Deus. As pessoas têm de reconhecer o seu Pai, como alguém que está próximo, que ama e perdoa, confia em nós e nos chama à responsabilidade. Devemos apostar na responsabilidade, pois dela depende a nossa

¹⁴⁶ J. TRIGO, *Moral, Ética e Teologia Moral*, 15.

¹⁴⁷ B. HÄRING, *Livres e Fiéis em Cristo*, I, 54.

¹⁴⁸ Cf. LUIS, González, *Entre la utopía y la realidad*; Ed. Sal Terrae, España, 1998, 34.

liberdade. Com efeito, o moralista deve ser aquele que pacientemente vai encorajando as pessoas a acreditarem nas suas potencialidades e que as faz ver as etapas que vão conseguindo ultrapassar.

O próprio Häring quis, com as suas obras, colocar Jesus no centro. Vejamos: “o nome da minha primeira Teologia Moral globalizante, *A Lei de Cristo*, evidentemente, referia-se a Gal 6,2 com ênfase posta em Cristo, o qual, na sua própria pessoa, é nossa lei, nosso caminho e nossa vida. (...) O título do presente livro, *Livres e Fiéis em Cristo*, manifesta a sua identidade e o seu programa principal. Não se trata de uma edição abreviada ou revista de *A Lei de Cristo*; no entanto, espero que o leitor encontre nele uma continuidade do pensamento e da mensagem do livro anterior, tomando como centro o amor de Jesus Cristo”¹⁴⁹.

Enfim, a Teologia Moral é desafiada a “*entrar numa nova fase de criatividade na liberdade e na fidelidade*”¹⁵⁰.

2. Liberdade criativa e fidelidade na responsabilidade

Para um melhor desenvolvimento deste item, vamos subdividi-lo em dois outros sub-temas, que melhor nos permitam desenvolver o nosso raciocínio.

¹⁴⁹ B. HÄRING, *Livres e Fiéis em Cristo*, I, 11.

¹⁵⁰ *Ibidem*, 60.

2.1. Responsabilidade na fidelidade

Quando se procura uma moral responsável com critérios cristãos, é claro que tanto a fidelidade como a liberdade devem andar de mãos unidas. Não se pode admitir uma moral que vive da arbitrariedade e que perca o sentido por não ter uma continuidade¹⁵¹. Comprometer-se com Cristo e com os irmãos exige da nossa parte que sejamos fiéis, na certeza que Cristo é fiel. *“A coragem de fidelidade não é entretanto uma coragem puramente natural. Está fundada na promessa, feita por Cristo à Igreja, de que as potências adversas não poderão prevalecer contra a sua qualidade de alicerce da verdade. A teologia é fiel, última e unicamente, porque o Ressuscitado enviou o Espírito Santo à sua Igreja e a todos os fiéis. Coragem de fidelidade é portanto idêntica a obediência à Igreja, mesmo quando ao homem velho e à sua razão muito agradaria a revolta. Fidelidade significa um combate contínuo contra a sarx, contra o pensar e existência egoísta, contra a sabedoria deste mundo”*¹⁵². Só podemos viver a liberdade de Cristo, se O seguimos na fidelidade.

O cristão deve ter a capacidade de afirmar que é livre para realizar na sua vida compromissos. Quem se compromete com Jesus e com o Seu Reino, assume uma tarefa que envolverá toda a sua vida. Para realizar compromissos desta envergadura, é necessário coragem e amor. Quem se compromete ousa entregar a sua vida para servir os seus irmãos e, assim, torna-se participante com Cristo da sua salvação. Só quando saímos de nós mesmos nos encontramos, pois é no encontro com o outro que vamos crescendo e nos vamos aperfeiçoando. Desta forma, iremos construindo um mundo mais

¹⁵¹ Cf. *Ibidem*, 75.

¹⁵²B. HÄRING, *A Moral depois do Concílio*, Ed. Moraes, Rio de Janeiro, 1968 (original Alemão 1966), 14-15.

fraterno¹⁵³. A abertura ao outro realiza-se também quando o homem se abre ao “totalmente Outro” que é Deus, Aquele que é simultaneamente, mas também misteriosamente, próximo e inacessível.¹⁵⁴

Na verdade, o *leitmotiv*, isto é, o “motivo condutor” e inspirador de toda a Teologia Moral e da vida moral do crente, como bem indicou B. Häring e é evidenciado por Giuseppe Quaranta, está no seguimento de Cristo (*sequela Christi*)¹⁵⁵, que na verdade não é uma inovação da obra *Livres e Fiéis em Cristo*, mas um pressuposto fundamental da moral häringuiana e que já havia sido apresentado na obra *A Lei de Cristo*¹⁵⁶, o que denota alguma continuidade entre as duas obras, ainda que não haja unanimidade nesta tese¹⁵⁷.

Nós não podemos viver de forma egocêntrica, centrados em nós mesmos e preocupados em viver a nossa liberdade na plenitude, mas devemos ter presente que a nossa liberdade nos obriga a um compromisso que está em fazer que outros sejam livres: “*é para a liberdade que Cristo nos libertou*” (Gl. 5, 1). Na verdade, Cristo manifesta a plena liberdade na sua obediência ao Pai. Por isso, tal como refere Stjepan Baloban, a “*liberdade nova em Jesus Cristo não é só um dom do Criador mas também fruto da morte e da ressurreição de Jesus e deve ser aceite com a atitude de gratidão própria da fé*”¹⁵⁸.

¹⁵³ Cf. B. HÄRING, *Livres e Fiéis em Cristo*, I, 76.

¹⁵⁴ Cf. E. FUCHS; *L'éthique chrétienne*; Ed. Labor et Fides; Genève, 2003, p.132.

¹⁵⁵ Cf. G. QUARANTA, *La Cultura pieno sviluppo dell'umano*, 178.

¹⁵⁶ Cf. B. HÄRING, *A Lei de Cristo*, I, 92.

¹⁵⁷ Cf. G. QUARANTA *La Cultura pieno sviluppo dell'umano*, 176.

¹⁵⁸ S. BALOBAN, *Spirito e Vita Cristiana nella Teologia Moraledi Bernhard Häring* (Dissertatio ad Doctoratum) Ed. Pontificia Universitas Lateranensis, Academia Alfonsiana, Roma, 1988, 145.

A nossa liberdade não serve para tentarmos impor aos outros coisa alguma, mas apenas para propor. Só procurando dar o nosso contributo na liberdade, cresceremos e ajudaremos a crescer em liberdade, na certeza, de que, desta forma, construiremos um mundo mais livre, em cada pessoa e para todas as pessoas. O testemunho de Deus e da liberdade é caminho de nova evangelização: “*a Igreja é um povo que vive a verdade e a vida que encontrou em Jesus Cristo, e sabe que esta verdade e esta vida são mais preciosas que a nossa própria vida temporal*”¹⁵⁹.

Deve haver um cuidado relativamente às leis proibitivas, ou seja, não nos devemos centrar demasiado neste aspeto, correndo o risco de nos desviarmos e de desviarmos outros da grande lei que Cristo proclamou pelo Mistério Pascal, no Sermão da Montanha e em todos os seus ensinamentos. Ora, Jesus faz-nos passar duma moralidade em que tudo é proibido, em que o mal é muito focalizado, para uma moral da Aliança, em que o amor é a meta da moralidade segundo o mandamento que nos deixou: “*Este é meu mandamento: amai-vos uns aos outros como eu vos amei*” (Jo 15, 12)¹⁶⁰. “*Somente cristãos maduros podem dar testemunho e desempenhar o seu papel, numa sociedade pluralista e dinâmica*”¹⁶¹. Deste modo, somos convidados a sermos fiéis aos grandes mandamentos de Cristo, nos quais abundam a justiça, o amor e a misericórdia, como nos lembra o Padre Häring¹⁶².

¹⁵⁹ P. POUPARD, *El horizonte de la libertad*, Ed. Ciudad Nueva, España, 1994, 172.

¹⁶⁰ Cf. B. HÄRING, *Livres e Fiéis em Cristo*, I, 77.

¹⁶¹ B. HÄRING, *A contestação dos não violentos*, Ed. Perpétuo Socorro, Porto, 1969, 105.

¹⁶² Cf. B. HÄRING, *Livres e Fiéis em Cristo*, I, 77.

2.2. Ser responsável, livre, criativo e fiel em Jesus Cristo

A responsabilidade é mais que um ideal, ela é justamente, nas palavras de G. Quaranta, o *leitmotiv* da Teologia Moral, enquanto explicitada na liberdade e fidelidade criativas, e que visa levar os cristãos a interpretar e a viver a própria vida como um testemunho de Cristo¹⁶³. Em todos os momentos da nossa vida, é nosso dever agir com responsabilidade; esta fará de nós homens e mulheres com uma forte personalidade, com ideais, gente capaz de levar à nossa sociedade os valores do Evangelho. *“Liberdade e responsabilidade vão juntas. Uma nada é sem a outra. Separar a liberdade da responsabilidade ou até opor uma à outra, é provocar uma questão perfeitamente ociosa. Não se pode reforçar ou cultivar o senso moral por via disciplinar. Por isso reforçar as medidas de controle externo, não levam ao aprimoramento da responsabilidade moral”*¹⁶⁴. A nossa ação deveria ser sempre caracterizada pela responsabilidade, pela liberdade e fidelidade, bem como pela coerência de vida moral e religiosa.

O nosso testemunho de vida deve revelar bem a nossa disponibilidade e entrega ao Senhor, colocando ao serviço dos irmãos os dons que Ele nos deu. Graças a um relacionamento sadio com Deus, seremos capazes de formar famílias, comunidades, uma sociedade de pessoas responsáveis. É nosso intuito construir uma Igreja e uma sociedade com pessoas responsáveis, com um relacionamento saudável, que sejam capazes de provocar aqueles que nos rodeiam a uma responsabilidade na fidelidade

¹⁶³ Cf. G. QUARANTA *La Cultura pieno sviluppo dell'umano*, 178.

¹⁶⁴ J. BACH, *Uma nova moral?*, Ed. Vozes, Petrópolis, 1982, 40.

criativa¹⁶⁵, uma vez que, como refere S. Baloban, “*a responsabilidade, própria de uma antropologia cristã, é vista à luz de Cristo*”¹⁶⁶.

A nossa liberdade deve ter sempre como modelo e referência a vivência desta mesma liberdade em Jesus Cristo e, como somos filhos de Deus, a nossa liberdade traz esta mesma marca: a da filiação divina. Por outro lado, como afirmará S. Paulo (Cf. Rom.6, 14), a nossa liberdade não pode ser condicionada pela lei, uma vez que, antes dela e para além dela, existe a graça, que coloca a liberdade cristã no seio daquela que é a sua essência¹⁶⁷, Deus e a Sua vontade à qual o homem é chamado a corresponder.

O conhecimento sobre Jesus levará a um aprofundamento do amor que redime e salva. Quando amamos, manifestamos o amor e a liberdade de Deus, e esta capacidade de amar é uma resposta ao apelo que Deus de forma generosa nos faz. Só este amor nos dá a capacidade de discernir corretamente entre o bem e o mal, pois o próprio Deus nos fará ver que as leis proibitivas são úteis para critérios de discernimento. A preferência, contudo, deve ser dada às virtudes bíblicas e escatológicas, como a gratidão, a esperança, a vigilância. É nosso dever procurar a forma de fazer com que a sociedade se sintam livre¹⁶⁸.

O primeiro passo a dar, que é de uma importância extrema, é honrar as iniciativas de Deus, escutando-O, amando-nos, aceitando as nossas capacidades e limitações e colocando os nossos dons ao serviço dos irmãos. Assim, seremos capazes de escutar e de ajudar os outros, pois saberemos estar diante de nós mesmos, ouvindo a voz da consciência que nos indicará o caminho a seguir. Devemos permitir que o outro se imponha a nós, obrigando-nos a responder-lhe com os dons que Deus, na sua

¹⁶⁵ Cf. B. HÄRING, *Livres e Fiéis em Cristo I*, 84.

¹⁶⁶ S. BALOBAN, *Spirito e Vita Cristiana nella Teologia Morale di Bernhard Häring*, 146.

¹⁶⁷ Cf. B. HÄRING, *Le Chrétien et L'autorité*, Ed. Saint – Paul – Paris, 1963, p.51.

¹⁶⁸ Cf. B. HÄRING, *Livres e Fiéis em Cristo, I*, 84-85.

misericórdia, nos concedeu. Temos de olhar para a verdade corajosamente e com paciência, pois sabemos que é a verdade que nos liberta¹⁶⁹.

A Teologia Moral procura que cada pessoa se questione em primeiro lugar: o que devo ser, que espécie de pessoa Deus quer que eu seja? No fundo, Häring propõe, como sustenta G. Quaranta, «*uma teologia moral especificamente vocacional; uma teologia moral, que está interessada no dinamismo de crescimento integral da pessoa*»¹⁷⁰, de modo a que possa responder justamente à pergunta levantada: que pessoa devo ser segundo o desígnio de Deus. E esta pergunta só pode encontrar resposta em Cristo e no seu seguimento, ou seja, no discipulado de Jesus Cristo¹⁷¹. Então, como posso ser uma pessoa responsável e criativa?

A resposta de Häring consiste em ter presente que, se queremos ser livres e fiéis criativamente em Cristo, importa entender como está a nossa relação com Deus, connosco, com os irmãos e com a criação. Deste modo, o ideal do cristão é fazer que a nossa vontade esteja de acordo com a vontade amorosa de Deus, e, para que isso se torne possível, é essencial conformar a nossa vida com a de Cristo, isto é, ser e fazer o que Cristo foi e fez por nós e para nós¹⁷². No fundo, Häring propõe que sejamos uma nova pessoa em Cristo e, se queremos ser para os outros imagens vivas da vontade de Deus, devemos imitar Jesus, presença visível de Deus invisível no meio do mundo¹⁷³.

Ao olharmos para Cristo, o que primeiro importa é saber quem foi Ele e depois conhecê-Lo, ter uma relação pessoal com Jesus. Häring não concebe a fé primeiramente como uma qualidade da nossa inteligência ou vontade. Antes de mais e primeiro que

¹⁶⁹ Cf. *Ibidem*, 86.

¹⁷⁰ G. QUARANTA *La Cultura pieno sviluppo dell'umano*, 300.

¹⁷¹ Cf. B. HÄRING, *Livres e Fiéis em Cristo I*, 86.

¹⁷² Cf. *Ibidem*, 87.

¹⁷³ Cf. *Ibidem*.

tudo, a fé é um dom de Deus que se revela. Por isso entende-se como uma relação entre Deus que se dá a conhecer de forma amorosa e misericordiosa para nos salvar, e cada um de nós que, na abertura à graça pelo Espírito Santo, respondemos livremente à iniciativa de Deus. Em virtude da aliança entre Deus e os homens, a forma de respondermos à fé, à esperança e à caridade que nos são ofertadas, é a adoração¹⁷⁴.

O modo de responder a Deus é com a totalidade do nosso ser, pois compreendemos que *“chegamos à nossa plena identidade e totalidade somente quando todo o nosso ser se torna uma resposta agradecida, confiante e cheia de amor em face do amor e do chamamento dele”*¹⁷⁵. Na verdade, ser livre e fiel em Jesus Cristo, supõe da nossa parte, ter caráter, ser homem de uma só palavra; ou seja, quando se diz sim, é sim, e quando se diz não, é não. A nossa vida interior tem de ser visível em atos concretos, e as nossas intenções fundamentais devem tornar-se, como sugere o Padre Häring, atitudes fundamentais¹⁷⁶. É bom que nos sintamos livres, pois a *“liberdade cristã é um fruto do Evangelho em Jesus Cristo”*¹⁷⁷.

Naquele que está marcado pela pertença a Cristo e comprometido pelo seu exemplo, procurando segui-lo na sua vida, os frutos do Espírito tornam-se claros: *“amor, alegria, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fidelidade, mansidão, autodomínio”* (Gl. 5, 22). Esta deve ser a nossa atitude para com Cristo, e nela se revelará um profundo relacionamento com Ele. Na medida em que o nosso encontro com Jesus se vai tornando mais íntimo, também nós nos iremos tornando mais destemidos, mais libertos interiormente, e, desta forma, iremos adquirindo mais liberdade para nos doarmos a favor dos nossos irmãos, para nos esquecermos de nós e

¹⁷⁴ Cf. *Ibidem*, 87.

¹⁷⁵ *Ibidem*, 88.

¹⁷⁶ Cf. *Ibidem*.

¹⁷⁷ B. HÄRING, *A Contestação dos Não Violentos*, Ed. Perpétuo Socorro, Porto, 1969, 99.

vivermos para os outros, e também para nos podermos identificar mais com os oprimidos¹⁷⁸.

É sabido que “*onde fé e confiança vibrantes criam a integridade e a totalidade da pessoa, há coragem para aceitar a própria limitação, coragem de ser-para-os-outros, coragem para empenhar-se profundamente em prol da justiça e da paz, ainda que isto acarrete o risco de cometer erros. E a coragem de cometer erros inclui igualmente a coragem de reconhecê-los e corrigi-los*”¹⁷⁹. Portanto, a pessoa corajosa sabe em Quem depositou a sua confiança, e por isso, Aquele em quem confia vai fazendo com que ela cresça espiritualmente. É necessária uma enorme coragem para se crescer firme e pacientemente na liberdade. Esta coragem não consiste em afirmarmos, mas no oferecimento de nós mesmos a Deus e aos irmãos, doando a nossa vida pelo Evangelho, mesmo com o risco da própria vida¹⁸⁰.

Para Häring “*uma ética que queira contribuir para a formação de pessoas criativas e responsáveis terá de dar grande atenção às emoções, à afetividade e a todo o reino da sensibilidade em face dos valores, a qual repousa nas profundezas do ser do homem e é particularmente expressiva do anseio humano pela totalidade interior, pela integridade e pela integração*”¹⁸¹. Ora, o coração do homem é justamente o lugar que diz a totalidade da pessoa; por isso, devemos ter a capacidade de olhar a pessoa na sua totalidade, olhar o seu “coração”, isto é, ser capaz de valorizar os gestos de cada pessoa e, se são de amor, e observados como tal, perceber que são eles que se tornam vida na vida de cada um de nós. Não podemos ser indiferentes aos pequenos gestos de amor,

¹⁷⁸ Cf. B. HÄRING, *Livres e Fiéis em Cristo*, I, 89-90.

¹⁷⁹ *Ibidem*, 90.

¹⁸⁰ Cf. *Ibidem*.

¹⁸¹ *Ibidem*, 91.

pois, às vezes, são estes que deixam marcas positivas e transformadoras na vida das pessoas¹⁸².

Nas nossas relações com os outros devemos ser sensíveis e colocar nas nossas palavras e atos, emoção e sentimento. Devemos transparecer o amor e a misericórdia que Deus infunde em nós, pois somos instrumento de Deus, e é nossa obrigação torná-lo visível. É de uma importância fulcral que não percamos, mas pelo contrário, aumentemos, a nossa capacidade de nos admirarmos, rejubilarmos, contemplarmos o Outro e os outros, de modo a sermos capazes de repousar diante de Deus, e de estar com o outro como pessoa e não de modo utilitarista, ou seja, para ser com os outros e não os ver como simples meios. B. Häring chama a atenção para a *pessoa-como-valor* em si mesmo, ou seja, em virtude do que é na sua dignidade¹⁸³.

As nossas palavras devem ecoar profundamente no coração humano, na mente e na vontade das pessoas. Das nossas emoções, enquanto exprimem o conteúdo emocional de afetividade que traduz a nossa relação com Deus e com os outros, advêm também o bem e o mal. Ao mesmo tempo também procedem das emoções, enquanto são atitudes particulares (disposições da pessoa para responder às esferas de valores e a tipos de comportamento humano¹⁸⁴), a capacidade de avaliar, discernir e responder. É por isso que, segundo Häring, a *“bondade, a integridade, a co-respondência e a criatividade da pessoa dependem grandemente do facto de prevalecerem emoções positivas e negativas”*¹⁸⁵.

A pessoa que alimenta emoções negativas, começa a agir negativamente, de forma visível, em relação aos outros mediante palavras e ações. Este tipo de emoção vai

¹⁸² Cf. *Ibidem*.

¹⁸³ Cf. *Ibidem*.

¹⁸⁴ Cf. *Ibidem*.

¹⁸⁵ *Ibidem*, 93.

degradando a pessoa e aqueles que a rodeiam, porque, ao destruir-se a si, vai procurando fazer o mesmo com os outros. Este tipo de pessoas acaba por ter necessidade de estar sempre a lutar contra alguma coisa ou contra alguém, enquanto as pessoas criativas sentem uma necessidade íntima de contemplar, admirar, adorar e de rejubilar por causa do bem e da bondade dos outros¹⁸⁶.

Quem entende de forma adequada a Eucaristia, pode transformar, gerar santidade, fazer que outros tenham experiências profundas e que se comprometam seriamente na realização do bem. A Eucaristia tem como intuito louvar o Senhor, reconhecê-lo como o Senhor das nossas vidas e, desta forma, corresponder à sua bondade. Devemos realizar tudo isto na verdade e, assim, reconheceremos a missão para o compromisso comum¹⁸⁷.

Em todas as nossas atividades devemos ser servos do Evangelho, do Reino de Deus e dos nossos irmãos, viver mergulhados em Cristo. Tudo aquilo com que nos comprometemos, deve manifestar a nossa resposta espontânea e o nosso compromisso objetivo com a história de salvação por Deus realizada¹⁸⁸.

O coração da pessoa que tende para a liberdade, para a fidelidade e para o amor do Senhor está aberto à graça de Deus e à Sua vontade. Por isso, as suas motivações são boas e poderão tornar-se uma nascente de espontaneidade e de criatividade. É nossa obrigação ir discernindo aquilo que motiva os nossos desejos, tomadas de posições, ações. O egoísmo não nos pode dominar; o que nos deve mover é a vontade de servir os outros, o amor. O nosso coração deve estar repleto de alegria, confiança, paz, gratidão,

¹⁸⁶ Cf. *Ibidem*.

¹⁸⁷ Cf. *Ibidem*, 94.

¹⁸⁸ Cf. *Ibidem*, 94-95.

esforçando-nos todos por alcançar um relacionamento sadio com Deus e com os irmãos, conosco próprios e com a criação¹⁸⁹.

A nossa razão de existir é Deus. Por isso, tudo deve convergir para Ele. Não podemos ambicionar grandezas, e o nosso coração deve querer somente servir na simplicidade e na verdade. A nossa existência moral e religiosa deve começar dentro da nossa história comum e pessoal. Temos de ser gratos ao Senhor da história, Àquele que nos cumula de dons preciosos¹⁹⁰. Portanto, devemos viver, aqui e agora, à luz da memória agradecida e numa abertura para novos encontros, descobrindo as dimensões do nosso próprio eu. Com efeito, a moralidade pessoal implica voltar as costas à reclusão egoísta sobre si próprio, e abrir-se a Deus, ao homem, a tudo o que é bom e justo.¹⁹¹

Um outro dado a ter em conta é que só em Cristo descobrimos o sentido da história e os desafios do momento presente, pois só Ele nos dá a força e a coragem para seguirmos em frente, com esperança, mesmo diante de um futuro, tantas vezes, cheio de incertezas. É nosso dever deixarmo-nos iluminar pelo passado e olharmos para o futuro como um desafio. A esperança no futuro irá fazer-nos trabalhar mais e melhor para o Reino de Deus, abrir-nos-á os olhos para que saibamos ver a riqueza do momento presente, sempre gratos ao dom do amor de Deus e abertos aos nossos irmãos¹⁹².

¹⁸⁹ Cf. *Ibidem*, 95-96.

¹⁹⁰ Cf. *Ibidem*, 97.

¹⁹¹ Cf. FUCHS, Josef, *Il Verbo si fa carne*, Ed. Piemme, Casale Monferrato, 1989, p.35.

¹⁹² Cf. B. HÄRING, *Livres e Fiéis em Cristo*, I, 98.

3. A consciência como santuário da fidelidade e liberdade criativa

É quando nos colocamos diante do irmão e de Deus, que mergulhamos no mais íntimo de nós mesmos, neste santuário que nos dá a possibilidade de nos conhecermos melhor¹⁹³. É dentro de nós que ressoa a voz do Mestre a convidar-nos para com Ele permanecermos. A consciência, palavra que vem do latim *cum* (juntos) e *scientia*, *scire* (conhecer), diz-nos que o nosso verdadeiro eu está unido a Cristo. O Mestre é que nos vai iluminando a consciência e ensinando exteriormente, através do Espírito Santo que nos foi dado. É deveras importante que estejamos dispostos e preparados para escutar o Verbo de Deus com todo o nosso ser, e desta forma estaremos mais dispostos para transmitir conhecimentos e, se necessário for, de entregar a própria vida, a qual deve ser colocada ao serviço dos outros, como oferta de Amor a Deus¹⁹⁴.

Como vimos anteriormente, o Concílio Vaticano II, na Constituição *Gaudium et Spes*, número 16, aprofundou de forma extraordinária o tema da consciência, para o qual o contributo de Häring foi fundamental. Antes de avançarmos para a descrição das características fundamentais da consciência e de uma consciência especificamente cristã, importa traçar, ainda que de forma breve, a visão bíblica sobre este tema, tal como o próprio Häring o faz.

¹⁹³ Cf. *Ibidem*, 208-209.

¹⁹⁴ Cf. *Ibidem*, 209.

3.1. A visão bíblica da consciência

O tema da consciência já está presente no Antigo Testamento, nomeadamente, na experiência do bem e do mal, ainda que encarada extrinsecamente, objetivamente e até de forma coletiva. No entanto, há também uma dimensão interior e individual da consciência, enquanto expressão da voz de Deus que fala ao nosso íntimo. É no interior que a pessoa é chamada a ser fiel a Deus e ao povo da aliança, isto é, é o Espírito que, de dentro, nos guia e nos abre à graça e à ação de Deus, lembra-nos Häring¹⁹⁵. Ora, como afirma o Autor, por meio do *“Espírito de Deus, o homem recebe, em todo o seu ser, a disposição interior e o convite para fazer o bem, para procurar honestamente a vontade de Deus, na disponibilidade em face desta. Seu “coração” e seu íntimo são abalados quando desobedece à voz interior do melhor do seu eu”*¹⁹⁶. Assim, a voz de Deus fala ao coração, que significa *“a sede dos pensamentos, desejos e emoções, e ainda do julgamento moral”*¹⁹⁷. Por isso, quem erra ou faz o mal, sabe no coração que erra em relação a Deus e aos seus irmãos: *“Depois disso o coração de David se descompassou por ter recenseado o povo, e David disse a Iahweh: “Cometi um grande pecado! Agora, ó Iahweh, perdoa esta falta ao teu servo, porque cometi uma grande loucura”*¹⁹⁸. Não se trata simplesmente dum conhecimento intelectual de que algo é mau, trata-se de uma dor profunda no coração que é conservada perante Deus.

O coração não nos acusa somente quando pecamos, ele também se alegra e entristece: *“certamente meus servos exultarão na alegria dos seus corações, enquanto*

¹⁹⁵ Cf. *Ibidem*, 209-210.

¹⁹⁶ *Ibidem*, 210.

¹⁹⁷ *Ibidem*.

¹⁹⁸ *Ibidem*.

vós, na dor dos vossos corações, lamentareis e uivareis, quebrantados no vosso espírito” (Is. 65, 14).

Deus conhece o coração e é deste que parte o arrependimento, é dele que surge a aflição e se dá a conversão. Também os profetas falam na ação de Deus a partir do coração: “Dar-vos-ei coração novo, porei no vosso íntimo um espírito novo, tirarei do vosso peito o coração de pedra e vos darei um coração de carne. Porei no vosso íntimo o meu espírito e farei com que andeis de acordo com os meus estatutos e guardeis as minhas normas e as pratiqueis” (Ez. 36, 26-27). O Espírito fala e age pelos profetas e estes dizem-nos que Deus tudo pode; por isso, Ele pode renovar os corações endurecidos, feridos e transformá-los de acordo com a Sua vontade amorosa.

Já no que ao Novo Testamento diz respeito, a Boa Nova que nos é comunicada é que Deus dá-nos não só um espírito novo, mas o Seu próprio Espírito. Deus vai renovar todas as coisas, transformando os corações de pedra em corações de carne (Ez. 36, 26)¹⁹⁹. Devemos viver em constante renovação interior, libertando-nos da falsidade e caminhando na e para a verdade que é Cristo, pois Deus quer que façamos experiência com Ele. O chamamento de Deus é, por isso, uma experiência profundamente religiosa que passa também pelo nosso coração, pela nossa consciência e pela resposta que damos a esse chamamento. É o que sugere São Paulo quando fala do *testemunho da consciência* (2 Cor 1, 12), isto é, da sua consciência mas também da dos outros, quando se recomenda à consciência dos que os escutam (2 Cor 4, 1-2), para que eles verifiquem se diz ou não a verdade. É nosso dever levar os outros a alcançar a plena luz de Cristo.

Quando Paulo usa o termo *syneidesis*, quer tornar conhecido o local onde Deus inscreve a Sua lei, no coração do homem. É consensual, segundo Häring, que Paulo usa este termo, *syneidesis*, não só como sendo uma questão de remorso ou de consciência

¹⁹⁹ Cf. *Ibidem*, 211.

acusadora, mas também para indicar a qualidade do coração humano, de forma a aprender o que é bom e reto. Paulo na Carta a Tito chama-nos a atenção para esta realidade: *“Para os puros, todas as coisas são puras; mas para os impuros e descrentes, nada é puro: tanto a mente como a consciência deles estão corrompidas. Afirmam conhecer a Deus, mas negam-no com os seus actos, pois são abomináveis, desobedientes e incapazes para qualquer boa obra”* (Tt. 1, 15-16). A boa consciência permite que o Espírito renove o coração do homem e faz acontecer um arrependimento e uma conversão que o fazem renascer.

A redenção alcança o mais profundo do nosso ser, a própria consciência. A nossa fé em Jesus Cristo e a nossa confiança n'Ele farão que tenhamos a certeza que, de facto, como atesta o autor da Carta aos Hebreus, *“o sangue de Cristo que, pelo Espírito eterno, se ofereceu a si mesmo a Deus como vítima sem mancha, há-de purificar a nossa consciência das obras mortas para que prestemos culto ao Deus vivo”* (9, 14). Ora, uma das características da moral paulina é a “boa consciência”, consciência essa que o cristão deve procurar adquirir. Comprovamo-lo na seguinte afirmação: *“Verdade é que a minha consciência de nada me acusa mas nem por isto estou justificado; o meu juiz é o Senhor”* (1Cor. 4, 4). É bom ter consciência que tudo está nas mãos do único que é digno de louvor e adoração, o único que salva e que tem o poder de julgar. A nossa consciência não pode ser egoísta, ela deve ter em atenção o outro, devemos, por isso, interessar-nos pela sua integridade, de forma a não temermos o julgamento de Deus, dado que *“a lei do amor mútuo está inscrita em nossos “corações” (consciências)”*²⁰⁰.

Resulta desta breve apresentação sobre o tema da consciência na Escritura, algo a que já anteriormente fizemos alusão; a saber, que a fundamentação do número 16 da

²⁰⁰ *Ibidem*, 213.

GS, que trata justamente da consciência, é claramente de inspiração bíblica, pois como vimos na GS, a consciência é a voz de Deus que fala ao coração do homem, onde este descobre uma lei, que não inventou, a qual, antes, deve seguir, e que o orienta para o amor, evitando o mal e fazendo o bem. Ora, é por esta lei do amor, a que São Paulo nos exorta, que seremos julgados, porque ela atesta o nosso amor a Deus e ao próximo. Não é por acaso, que a consciência (ou coração) é apresentada pelo Concílio como um santuário, onde o homem se encontra a sós com Deus.

Importa agora considerar a consciência como uma realidade bastante complexa, dado que existem questões que se levantam, desde a formação da consciência, ao problema da consciência errônea, até àquilo que é específico da consciência cristã.

3.2. A Consciência como realidade complexa

Todo aquele que quer ser portador da Boa Notícia e da mensagem moral, deve procurar dialogar, tendo em vista a cultura vigente. É importante focar que *“a base da compreensão que temos da consciência é sempre a Sagrada Escritura, lida, entendida e meditada, porém na comunidade dos crentes, o que torna imperativo o diálogo com cada cultura e com cada época”*²⁰¹.

A consciência foi sempre vista como um julgamento ou um ato que nos dá a possibilidade de concluir que uma coisa é boa ou má. No entanto a *synteresis* ou *synderesis* tinha um significado mais amplo, pois, estimulava o homem a procurar a verdade e a pô-la em prática, tendo presente esta máxima: fazer o bem e evitar o mal²⁰².

²⁰¹ *Ibidem*, 214.

²⁰² Cf. *Ibidem*.

Veja-se como mais uma vez podemos reconhecer que esta mesma expressão nos remete imediatamente para o número 16 da GS, pois, esta máxima é um traço característico da consciência moral e não de uma moral específica, o que significa que este apelo ao bem e à “fuga” do mal, pode dizer que estão inscritos no coração de todo homem, uma vez que a *synderesis* informa a pessoa que deve fazer o bem e amar o próximo²⁰³.

S. Tomás de Aquino tentou explicar, e deve ser a nossa intenção, compreender que conhecer o bem é deveras importante; mas pela palavra conhecer, temos de entender algo que vem do mais profundo do coração, que nos revela a salvação que nos dá a conhecer a totalidade²⁰⁴. Para se realizar uma avaliação moral corretamente, São Tomás alerta-nos para a necessidade da virtude da prudência, porque como diz Häring, como “*teólogo, Tomás de Aquino não esquece que os dons do Espírito Santo podem dar uma espécie de conaturalidade com a vontade amorosa de Deus, e permitir uma percepção intuitiva do bem*”²⁰⁵.

Importa ainda considerar o modo como outros teólogos compreenderam a *synderesis*. Por exemplo, São Boaventura, Alexandre de Hales entre outros, compreendem a *synderesis* como uma disposição inata da vontade para amar e desejar aquilo que se conhece como bom. Já os místicos vêm a *synderesis* como a *scintilla animae*, a centelha da alma, um amor que apaixona e nos impulsiona para o mais profundo do homem pelo bem²⁰⁶.

²⁰³ Cf. *Ibidem*, 215.

²⁰⁴ Cf. *Ibidem*.

²⁰⁵ *Ibidem*.

²⁰⁶ Cf. *Ibidem*, 216.

3.3. A consciência na fidelidade e liberdade criativas

Hoje em dia a maioria dos teólogos está de acordo com grandes psicólogos e terapeutas, quando afirmam, diz-nos Häring, que a consciência “*não está mais na vontade do que no intelecto, e é uma força dinâmica que reside em ambos, porque eles permanecem juntos nas dimensões mais profundas de nossa vida psíquica e espiritual*”²⁰⁷. Na interpretação häringuiana, a nossa consciência deve ansiar pela totalidade biológica, psicológica e espiritual; e, desta forma, tornar-se-á mais sadia, porque em profunda harmonia no seu ser²⁰⁸.

Tanto o intelecto como a vontade são distintos, mas ambos têm de estar unidos, pois é desta forma que se desenvolvem. Se estes se opuserem entre si, causam uma grande tristeza no mais profundo do ser onde se encontram. Esta cisão manifesta-se de forma bastante dolorosa, e a ferida produzida faz com que a alma peça a cura, e este pedido é sinal da presença do Espírito que procura a totalidade e a verdade²⁰⁹. Só há paz no nosso coração (ou consciência), quando a aspiração do intelecto e da razão é aceite. Devemos unir o intelecto e a razão com a nossa vontade e o nosso ser. Todo este processo exige interação com os outros – diálogo, amor, respeito – e é esta interação que nos fará crescer no conhecimento dos outros e de nós mesmos. É através desta correspondência no amor, que iremos desvelando e aprofundando a dinâmica da nossa consciência²¹⁰.

Devemos amar e esse amor não pode ter limites: amar o Deus Criador revelado

²⁰⁷ *Ibidem*, 219.

²⁰⁸ Cf. *Ibidem*.

²⁰⁹ Cf. *Ibidem*, 220.

²¹⁰ Cf. *Ibidem*, 221.

em Jesus, e amar com todo o nosso ser o nosso irmão, exercendo para com ele, a regra de ouro: *“Tudo aquilo, portanto, que quereis que os homens vos façam, fazei-o vós a eles, pois esta é a Lei e os Profetas”* (Mt. 7, 12). Esta é a lei que o cristão maduro já entende, pois ele entende-a interiormente à luz de Cristo que nos disse: *“Este é o meu mandamento: amai-vos uns aos outros como eu vos amei”* (Jo 15, 12)²¹¹.

Devemos procurar as condições necessárias para formar consciências capazes de um juízo mais maduro e reto. Para isso, são necessárias várias condições para desenvolver um julgamento de consciência criativo, tendente a viver na verdade e agir de acordo com ela. Deste modo, Häring estipula pelo menos cinco condições, a saber: *“primeiro, a dinâmica da consciência dada por Deus, a aspiração inata para a totalidade e da abertura; segundo, a firmeza e a lucidez da opção fundamental que confirma o anseio natural por tais qualidades, mas que deveria ser honrada como fruto do Espírito; terceiro, a força das disposições em face da vigilância e da prudência, e de todas as outras disposições que encarnam uma opção fundamental profunda e boa; quarto, a reciprocidade de consciências no meio em que a liberdade e a fidelidade criativas se encarnam e onde haja uma dedicação ativa e agradecida a elas; quinta, a fidelidade, a criatividade e a generosidade reais na busca da verdade, com a disponibilidade para agir à primeira palavra”*²¹².

Na verdade, a qualidade criativa da nossa consciência depende do Espírito Santo que nos capacita para que demos fruto em abundância, conforme a nossa abertura à sua ação, uma vez que, segundo Häring, o *“homem psíquico não aceita o que vem do Espírito de Deus. É loucura para ele; não pode compreender, pois isso deve ser julgado espiritualmente. O homem espiritual, ao contrário, julga a respeito de tudo e por ninguém é julgado (1 Cor 2, 14-15)”*. Mas é justamente o Espírito de Deus que habita

²¹¹ Cf. *Ibidem*, 221.

²¹² *Ibidem*, 222.

na pessoa que se dispõe a recebê-lo, a instrui e a instrução é verdadeira; por isso, nela deve permanecer.

Devemos ter em atenção o conhecimento intuitivo a que Karl Rahner deu bastante relevo; por isso, Häring considera que este é um elemento dinâmico que não poderá de todo ser desconsiderado numa Teologia Moral que tem como conceitos-chave a fidelidade e a liberdade criativas, uma vez que um dos aspetos de uma consciência criativa ou da criatividade da consciência, se encontra expresso no desenvolvimento da própria consciência, ou seja, na abertura da consciência a novas dimensões²¹³. Ora, esta abertura que se manifesta no conhecimento intuitivo é, ao mesmo tempo, o processo de auto-realização da pessoa na sua consciência, afirma Häring²¹⁴.

Não se pode deixar de considerar na análise da consciência, a questão do erro, a que o Concílio, mais uma vez na GS 16, como nos relembra o Autor, fez alusão quando afirmou que a consciência muitas vezes erra por ignorância invencível, o que implica que a consciência não perca a sua dignidade, uma vez que este erro ocorre sem culpa pessoal, tendo em linha de conta que a consciência está sempre procurando a melhor solução²¹⁵.

Häring considera que há algo de único, quase “intocável”, na nossa consciência, dado que é ela que nos vai julgando para que alcancemos uma luz cada vez mais plena. Assim, errar num julgamento da própria consciência, sabendo que procura a melhor solução, é um infortúnio; mas pior é, reforça o Autor, se a consciência se tornar insensível e cega²¹⁶. Cada pessoa deve obedecer à sua consciência, pois mesmo que esta esteja errada sem culpa, ela obriga do mesmo modo. Por isso, citando o Cardeal

²¹³ Cf. *Ibidem*, 223.

²¹⁴ Cf. *Ibidem*.

²¹⁵ Cf. *Ibidem*, 224.

²¹⁶ Cf. *Ibidem*.

Newman, Häring está de acordo com ele, quando este sugere que a obediência à consciência, ainda que errônea, é o caminho para alcançar a luz.

A este propósito Häring evoca a expressão de Santo Afonso Maria de Ligório que falava da consciência invencivelmente errônea, ou seja, uma consciência sincera que não podia interiorizar uma lei positiva da Igreja nem das autoridades civis. Ainda que se pudesse afirmar do ponto de vista teórico, que a sua consciência estava errada, na prática, esse é o grau e o melhor passo possível a que a pessoa poderia chegar, até obter mais luz, ou seja, no caminho da formação da sua consciência. Nesse sentido, seria mais grave se alguém, um confessor ou qualquer outra pessoa, pretendesse que uma pessoa nessas condições, com uma consciência invencivelmente errônea, fizesse algo contra a dignidade da sua consciência²¹⁷.

Devemos nutrir um grande respeito por uma consciência sincera, ainda que por vezes possa ser errônea, uma vez que um julgamento da consciência ainda que errôneo, pode ser culpável em graus distintos e por razões diversas, o que faz com que possa existir menor ou maior negligência na busca da verdade e do bem²¹⁸. Ainda que assim seja, um veredito mesmo que errôneo da consciência e ainda que possa ser retificado, conclui Häring, enquanto persiste, a ele estamos obrigados²¹⁹. Todavia, importa ter sempre presente que *“os sinais de uma decisão verdadeiramente consciente são a paz interior e uma crescente sensibilidade em face de todas as novas oportunidades para fazer o que o amor e a justiça pedem”*²²⁰.

A questão da consciência errônea arrasta consigo a temática da formação da consciência. Deste modo, para Häring, em face de uma situação em que a consciência

²¹⁷ Cf. *Ibidem*, 225.

²¹⁸ Cf. *Ibidem*, 226.

²¹⁹ Cf. *Ibidem*, 227.

²²⁰ *Ibidem*.

está perturbada ou perplexa (tipo particular de consciência errônea, no qual a pessoa deve tomar uma decisão que não pode ser adiada, sendo esta decisão considerada pecado agindo duma ou doutra forma), a pessoa deve escolher aquela que lhe pareça “o pecado menor”, ainda que aqui não se trate de pecado, pois, não há um ato mau de livre vontade²²¹. Nesse sentido, diz Häring que é cada vez mais importante uma boa educação moral capaz de ajudar a discernir quer a urgência, quer a prioridade dos valores, aliviando deste modo o sofrimento das pessoas²²².

A consciência sagrada em geral enquanto situada entre a fidelidade e a liberdade criativas (fidelidade ao que ouvimos no santuário da nossa consciência), deve agir segundo o ditame da nossa consciência. É a isso que estamos obrigados, conscientes de que o que procuramos é a verdade e o bem da nossa ação, pois diante de novas situações e novas questões, somos chamados a ser criativos, isto é, a alargar os horizontes da nossa consciência. Isto pode não estar imune de erro, mas isso não significa sermos culpados de forma absoluta da nossa ação, sempre que a nossa consciência nos dita, na procura do bem e da verdade, que esse é o melhor juízo a tomar face a esta ou outra questão moral.

Importa agora considerar o que Häring identificou como os elementos que podem caracterizar uma consciência distintamente cristã.

3.4. Uma consciência radicada em Cristo

Um cristão deve diferenciar-se na sua humanidade porque sabe que a

²²¹ Cf. *Ibidem*, 227.

²²² Cf. *Ibidem*.

centralidade da sua fé está em Cristo Jesus, verdadeiramente Deus e homem. O conhecimento de Jesus não nos faz seres exclusivos, superiores, mas deve tornar-nos ainda mais humildes, servos e luz para os nossos irmãos. Temos de nos conhecer cada vez melhor, para conhecer Jesus melhor ainda, e para podermos ajudar outros a encontrarem-se consigo próprios e com Deus²²³.

Häring, na verdade, refere que a consciência do cristão depende do encontro pessoal com Cristo e do conhecimento que este lhe dá do Pai e dos irmãos. Ao mesmo tempo é um dom do Espírito Santo que alcança o mais íntimo da alma²²⁴. Deste modo, temos que, como sintetiza S. Baloban, *“a consciência do cristão é marcada pelo encontro com Cristo e é um dom do Espírito Santo que se radica na intimidade da alma”*²²⁵.

A nossa consciência, quando pautada pela fé em Cristo, faz-nos compreender que a fé, como afirma Häring, *“é o acolhimento alegre, reconhecido e humilde ... é a entrega total àquele que nos guia ao Pai, uma experiência nova e libertadora de amizade com Cristo que nos oferece também um relacionamento novo e íntimo com Deus Pai, no Espírito Santo, e com os irmãos, bem como uma nova auto compreensão”*²²⁶.

Devemos procurar caminhar segundo a graça do Senhor, pois, na Bíblia, a graça é a presença do próprio Deus que se manifesta e nos convida a voltarmos para Ele, a contemplarmos o Seu rosto e podermos assim conhecer os segredos da Sua ternura, da Sua justiça, do Seu amor misericordioso²²⁷.

²²³ Cf. *Ibidem*, 231-232.

²²⁴ Cf. B. HÄRING, *Livres e Fiéis em Cristo*, I, 232.

²²⁵ S. BALOBAN, *Spirito e Vita Cristiana nella Teologia Morale di Bernhard Häring*, 155.

²²⁶ B. HÄRING, *Livres e Fiéis em Cristo*, I, 232.

²²⁷ Cf. B. HÄRING, *Une morale pour la personne*, Ed. mame, France, 1973, 213.

No seguimento de São Paulo, B. Häring conclui que a lei não tem o primeiro lugar, pois, estamos sob a graça: “*não estais debaixo da Lei, mas sob a graça*” (Rm 6, 14) e somos impulsionados pelo amor atraente de Deus Pai. É pela graça de Deus que nos nossos corações se faz ouvir (porque gravada por Deus) a Sua vontade amorosa, a tal voz que escutamos no santuário da nossa consciência. Ora, um legalista acaba por estar sempre fixo nos requisitos mínimos das leis universais, sem uma relação com o Senhor. No entanto, o fiel deve estar mais voltado para o amor de Deus e para tantos sinais e dons do Seu amor. É aqui que ele foca a sua atenção e desse modo tornar-se-á livre para o seu próximo e fiel em Cristo. Temos de viver libertos de leis proibitivas, focalizados no amor, procurando ser perfeitos como o Pai do céu é perfeito²²⁸.

Temos de compreender que tudo é graça, fruto do amor de Deus. É importante que nos deixemos tomar pelo mandamento do amor (Jo 15, 12), porque, como diz Häring, se “*vivemos de acordo com uma espécie de ética normativa que seja principalmente limitativa, proibitiva ou estática, ainda não entramos verdadeiramente na Nova Aliança*”²²⁹. Para tudo isto concorre uma consciência vigilante e prudente, em que a prudência deve ser olhada à luz da vigilância, uma vez que a “*prudência vigilante confere à consciência o tacto delicado para cada situação, e sabe decifrar, mesmo em meio aos mais confusos e atordoantes acontecimentos, as oportunidades e as necessidades presentes, a despeito de toda obscuridade que provém de pecados passados e das seduções de um mundo pecador*”²³⁰. Ora, uma consciência sensível a Deus e que confie na Sua graça, alcança uma criatividade e fidelidade verdadeiras, pois, diz-nos o Autor, “*se a consciência for firmemente guiada pelo Espírito e estiver confiante no Senhor, a serenidade e a coragem garantirão a atmosfera espiritual que*

²²⁸ Cf. B. HÄRING, *Livres e Fiéis em Cristo*, I, 233-234.

²²⁹ *Ibidem*, 236.

²³⁰ *Ibidem*, 238.

*favorece o julgamento adequado e o cumprimento alegre*²³¹. E se assim é, então, “*possuímos uma consciência distintamente cristã quando nos achamos profundamente enraizados em Cristo, atentos à sua presença e aos seus dons, prontos a nos unirmos a ele em seu amor por todo o seu povo. Tudo será testado para ver se pode ser oferecido a Cristo como resposta adequada ao seu amor, aos seus dons, e às necessidades de nossos irmãos*”²³².

Não obstante o que é específico da consciência cristã, importa ter presente que o Concílio no nº 16 da GS, a que já nos referimos abundantemente no capítulo anterior, apresentou a consciência como expressão da dimensão transcendental de todo o homem que se encontra, crente ou não, vocacionado para o encontro com Cristo. É isto que diz Manuel António do Rosário quando afirma que “*a consciência é na GS 16 expressão da transcendentalidade de todo o homem, crente ou não, uma vez que este possui uma só vocação, a sobrenatural, a de ser “filho no Filho”, e um único chamamento, igual em todos, que se revela no segredo da consciência, “lugar” de encontro do homem consigo mesmo e com Deus*”²³³.

3.5. Consciência e pecado

A consideração da temática da consciência especificamente cristã, enquanto esta manifesta o nosso profundo enraizamento em Cristo, não pode ser desligada da temática

²³¹ *Ibidem.*

²³² *Ibidem*, 242.

²³³ M. ROSÁRIO, *Discernimento dos sinais dos tempos e consciência moral*, Ed. U.C.P. – Porto; Fundação Eng. António de Almeida, Porto, 1999, 238-239.

do pecado, uma vez que, se a consciência se refere ao núcleo interior da pessoa como fonte de integração e totalidade, como relembra Häring²³⁴, resulta que uma consciência corrompida é causa de várias formas de enfermidades físicas e mentais. Se a luz interior é apagada, e se a vontade e a inteligência são desintegradas por alimentarem o egoísmo, a consciência vai ficando corrompida, o que faz com que se vá perdendo a liberdade para a verdade e para o bem²³⁵.

Não podemos permitir que a nossa integridade interior seja destruída ou prejudicada, pois não poderá existir plena saúde “*onde não há harmonia interior ou abertura para o bem e para a verdade, não pode haver paz, nem, por conseguinte, irradiar paz. Ao invés, tal pessoa expandirá por toda a parte a sua desunião interior e a sua falta de unidade com o bem*”²³⁶. Ora, o pecado afeta justamente a totalidade do homem e a sua liberdade criativa, dado que contraria o sentido e o objetivo da nossa consciência e da nossa liberdade, como alerta Häring²³⁷. A perda da nossa liberdade e integridade interiores resulta do pecado, e torna-nos escravos de forças das quais Cristo nos quer libertar, fazendo com que vivamos uma contradição com a nossa fé. Ora, Häring diz-nos que o pecado habitual e a falta de arrependimento aprofundam essa ferida interior, enquanto a nossa consciência continua a clamar por saúde. É a isto que se pode chamar “*má consciência*”, ou seja, uma profunda cisão interior²³⁸.

Häring aprofunda ainda mais o tema da consciência na relação com o pecado, ao considerar que, se este destrói a integridade da pessoa, o resultado mais imediato do mesmo, é a perda da capacidade de nos alegrarmos com o bem, com a alegria dos outros

²³⁴ Cf. B. HÄRING, *Livres e Fiéis em Cristo*, I, 242.

²³⁵ Cf. *Ibidem*.

²³⁶ *Ibidem*, 245.

²³⁷ Cf. *Ibidem*, 242.

²³⁸ Cf. *Ibidem*.

e até de sermos capazes de provocar essa mesma alegria²³⁹. Por isso, alguém que não possui a harmonia interior que o orienta para o bem e para a verdade, não é capaz de irradiar paz, mas, pelo contrário, irá procurar alguém com quem lutar e nunca concordará com um ideal comum. Esta pessoa começa a perder a capacidade de respeitar os outros, tanto na sua consciência como na sua dignidade, e com isto ela mesma vai perdendo a sua dignidade.

Deus quer-nos libertos, gente capaz de revelar o que é ser verdadeiramente livre, pois sabemos que a *“liberdade usurpada procura sempre alargar, com a cumplicidade de pessoas afins, as cadeias do engano, da exploração, da alienação, do descontrolo, do egoísmo colectivo e da violência. Pelo contrário, a liberdade recebida com agradecimento em Cristo compromete-se na obra da redenção e da verdadeira libertação. Nela, cada um ajuda o outro a levar a sua cruz. Todos trabalham juntos para que a verdade resplandeça, para que se consolidem a paz e a justiça, para que se adore a Deus em Espírito e em verdade. Os redimidos converter-se-ão reciprocamente em ministros da salvação. Todos se hão-de comportar como construtores da Paz”*²⁴⁰.

Como refere Häring, a perda dessa dignidade resulta, como expressou o número 16 da GS e que o autor refere, do pecado habitual²⁴¹. Por isso, cada vez que pecamos devemos arrepende-nos e pedir perdão; este pedido deve brotar do interior de nós mesmos, pois o arrependimento levará ao renascimento da integridade da consciência²⁴² e a um renovado encontro com Deus e com o bem²⁴³.

²³⁹ Cf. *Ibidem*, 245.

²⁴⁰ B. HÄRING, *Llamados a La Santidad*, Ed. Herder S. A., Barcelona, 1985, 93.

²⁴¹ Cf. B. HÄRING, *Livres e Fiéis em Cristo I*, 245.

²⁴² Cf. *Ibidem*, 247.

²⁴³ Cf. *Ibidem*.

Síntese do Capítulo IV

Neste capítulo, tornou-se claro para nós o desejo que B. Häring tem em relação à obra “*Livres e Fiéis em Cristo*”. Com efeito, é sua pretensão que ela dê continuidade e seja simultaneamente uma resposta global à sua anterior obra “*A Lei de Cristo*”. Em ambas, contudo, é evidente que o centro de todo o pensamento e de toda a vida do autor é Cristo.

Um outro aspeto emergente tem a ver com a consciência, que deve ser amadurecida, pelo que, não nos podemos acomodar, antes devemos procurar ir cada vez mais longe. Necessitamos, para o efeito, de pessoas maduras, responsáveis, com boa formação moral, que sejam capazes de levar a Boa-Nova do Deus Misericordioso e não do Deus Juiz, a todos os locais onde se encontrarem.

A responsabilidade traz consigo obviamente a liberdade e a fidelidade a Cristo, na certeza de que podemos contar sempre com Ele! É em Cristo que nos tornamos verdadeiramente livres e podemos ajudar os outros a serem-no também. Só n’Ele, o fiel, experimentamos a graça da fidelidade e da participação, como instrumentos, na salvação de muitos irmãos.

Häring insiste ainda em que não nos focalizemos excessivamente nos pecados, mas antes no amor de Deus, pois, o amor é a meta da autêntica moralidade.

Para ele é também evidente a necessidade da escuta de Deus, pois é ela que nos levará a amar os nossos irmãos, a aceitar as nossas e as suas capacidades e limitações, e a colocar os nossos dons ao serviço dos outros. O ideal do cristão é procurar que a sua vontade esteja de acordo com a vontade amorosa de Deus, e, para que isso se torne possível, é essencial que sejamos capazes de conformar a nossa vida com a de Cristo.

Para Häring é ainda claro que o cristão deve viver em permanente atitude de gratidão, de confiança e de abertura ao amor, encontrando assim a sua plena identidade e totalidade. Devemos aprender a olhar a pessoa na sua totalidade, no seu “coração”, valorizando os seus gestos de amor.

A pessoa deve também alimentar as emoções positivas para que sinta uma necessidade íntima de contemplar, admirar, adorar e de rejubilar por causa do bem e da bondade dos outros. Se estamos abertos à graça de Deus, seremos uma nascente de espontaneidade e de criatividade. Devemos, pois, procurar alcançar relacionamentos sadios, e para que isso possa acontecer, não podemos deixar-nos vencer pelo egoísmo.

Só um olhar cheio de esperança no futuro nos dará a capacidade de trabalhar mais e melhor para o Reino de Deus.

Mergulhamos no santuário da nossa consciência quando nos colocamos diante do irmão e de Deus. A consciência já está presente no Antigo Testamento, nomeadamente, na experiência do bem e do mal, encarada extrinsecamente, objectivamente e até de forma coletiva, e também numa dimensão interior e individual da consciência enquanto é expressão da voz de Deus que fala ao nosso íntimo.

É pelo nosso coração e pela nossa consciência que passa a resposta que damos ao chamamento de Deus. É a boa consciência que permite ao Espírito renovar o coração do homem. Uma das características da moral paulina é a boa consciência, e o cristão deve procurar adquiri-la. A GS expressa claramente que a consciência é a voz de Deus que fala ao coração do homem, onde este descobre uma lei, que deve seguir, e que o orienta para o amor.

A consciência tem sempre presente esta máxima: fazer o bem e evitar o mal. Portanto, é nossa obrigação procurar conhecer o bem e realizá-lo.

A nossa consciência deve ansiar pela totalidade biológica, psicológica e espiritual; e desta forma tornar-se-á mais sadia, porque em profunda harmonia no seu ser. Só desta forma, poderemos afirmar que há paz no nosso coração (ou consciência), quando a aspiração do intelecto e da razão são aceites. É nossa obrigação procurar descobrir as condições necessárias para formar consciências capazes de um juízo mais maduro e reto.

Häring considera que há algo de único, quase “intocável”, na nossa consciência, dado que é ela que nos vai julgando para que alcancemos uma luz cada vez mais plena. Para ele, é claro que cada pessoa deve obedecer sempre à sua consciência.

Para o nosso autor, o cristão deve diferenciar-se na sua humanidade porque sabe que a centralidade da sua fé está em Cristo Jesus, verdadeiramente Deus e homem. O conhecimento de Jesus deve tornar-nos mais humildes, servos e luz para os nossos irmãos.

A fé faz-nos alegres, agradecidos e humildes, e leva a que o nosso relacionamento com Deus se aprofunde. Temos de viver libertos de leis proibitivas, focalizando-nos no amor, e procurando a perfeição, pois, o Pai do céu, que é perfeito, convida-nos também à perfeição. Assim, cada vez que pecamos, devemos arrependermos e pedir perdão, um pedido que deve brotar do interior de nós mesmos, pois o arrependimento levará ao renascimento da integridade da consciência e a um renovado encontro com Deus e com o bem.

Conclusão

Ao chegar ao fim da minha dissertação, observo que percorri um longo caminho, no entanto, penso que conheci melhor e dei a conhecer este grande personagem do séc. XX, B. Häring, ainda que tenha consciência de que muito ficou para dizer, pois os temas abordados e a pessoa em questão são de uma grandeza inexplicável. Espero poder continuar mais tarde esta pesquisa.

No primeiro capítulo, foi meu intuito explicar a Moral Casuística, a sua complexidade, tendo em vista a disputa que esta causava, ao tornar a lei e a liberdade como realidades inconciliáveis. A Teologia Moral Casuística só conheceu algum desenvolvimento de fundo no séc. XX, pois antes esta era sempre muito legalista e demasiado ligada à prática penitencial da Igreja. A Escola de Tubinga foi um sopro de esperança que surgiu, pois, baseando-se em S. Paulo, veio trazer uma tônica personalista à Moral, bem como alguns movimentos, como o litúrgico e o bíblico, sem esquecer o movimento da filosofia existencial de Soren Kierkegaard.

No segundo capítulo, penso que ficou claro que a graça de Deus é que nos deve guiar para que alcancemos a verdadeira liberdade dos filhos de Deus. É do nosso interior que partem as grandes decisões, é daí que os nossos gestos de caridade começam a ter forma. Neste capítulo também aprofundámos a consciência, enquanto “local” da escuta da voz de Deus que nos indica aquilo que devemos fazer e o que devemos evitar. A nossa consciência deve ser amada profundamente. Somos todos regidos e governados pela divina sabedoria que nos move – lei eterna. Jesus vem-nos indicar que o caminho é ser e nunca parecer. Amar é cumprir a lei.

No terceiro capítulo, demonstrei como foi importante o papel de B. Häring no Concílio Vaticano II, onde ele manifesta que a Moral primeiramente deve ter um papel

salvífico na vida das pessoas. Os cristãos devem dar frutos pela caridade. Estes devem estar cientes da presença de Deus que fala na consciência, pois esta é o santuário onde Ele habita.

No quarto capítulo, apercebemo-nos da insistência de Häring na responsabilidade, partindo do princípio que a fidelidade e a liberdade caminham unidas. Só nas pessoas responsáveis será possível encontrar maturidade. A responsabilidade pede-nos que nos comprometamos e o comprometer-se exige de nós que sejamos fiéis. Ser livre é algo que todos nós desejamos. No entanto, a nossa liberdade pede-nos que façamos outros livres, pois esta é um dom de Deus que deve ser transmitido aos outros. Devemos educar na liberdade. É nosso intuito que a moral dinamize a pessoa para o seu crescimento integral, e para isso não podemos excluir os sentimentos, pois é nossa obrigação saber olhar o coração (a totalidade da pessoa).

Devemos estar atentos à consciência, pois é nela que a voz do Mestre ressoa, e se o escutarmos com atenção, estaremos mais capazes de transmitir conhecimentos e de nos doarmos melhor. É a consciência que nos faculta sentimentos de alegria ou de tristeza quando erramos. A consciência deve alcançar uma totalidade biológica, psicológica e espiritual, pois só desta forma entrará em profunda harmonia com o seu ser. Devemos possuir uma consciência sincera. O nosso encontro da consciência com Cristo é um dom do Espírito Santo que alcança a intimidade da nossa alma. O nosso esforço deve estar em possuir uma consciência sensível e confiante na graça de Deus.

Para não nos tornarmos escravos do pecado, quando pecamos devemos reconhecer o erro e arrependermo-nos.

Tenho consciência que nem tudo ficou resolvido e muito ficou por aprofundar, quem sabe num futuro próximo não continuarei esta pesquisa de forma mais profunda?

Bibliografia

- BACH, J. Marcos; *Uma nova moral?*, Ed. Vozes, Petrópolis, 1982.
- BALOBAN, Stjepan, *Spirito e Vita Cristiana nella Teologia Morale di Bernhard Häring* (Dissertatio ad Doctoratum), Ed. Pontificia Universitas Lateranensis, Academia Alfonsiana, Roma, 1988.
- CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II. *Documentos Conciliares*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1998.
- COUTINHO, Vítor, “Consciência e liberdade à luz da doutrina do Concílio Vaticano II”, *Didaskalia*, XLII, (2012), 145-163.
- FERRERO, Fabriciano, *P. Bernhard Häring (1912-1998). Misionero y moralista. In memoriam*, *Moralia* XXI (1998) n. 78-79, 231-240.
- FUCHS, Josef, *Il Verbo si fa Carne*, Ed. Piemme, Casale Monferrato, 1989.
- GALLAGHER, Raphael, “Häring al Vaticano II”, in MCKEEVER Martin (Dir.), *Bernhard Häring. Un redentorista felice*, Editiones Academiae Alfonsianae, Roma, 2008, 75-91.
- HÄRING, Bernhard, *A Lei de Cristo. Teologia Moral para sacerdotes e leigos*, Tomo I-III, Ed. Herder, São Paulo, 1960.
- HÄRING, Bernhard, *Le Chrétien et L'autorité*, Ed. Saint-Paul, Paris, 1963.
- HÄRING, Bernhard, *A Moral depois do Concílio*, Ed. Moraes, Rio de Janeiro, 1968.
- HÄRING, Bernhard, *A Contestação dos não violentos*, Ed. Perpétuo Socorro, Porto, 1969.
- HÄRING, Bernhard, *Une morale pour la personne*, Ed. Mame, France, 1973.
- HÄRING, Bernhard, *Livres e Fiéis em Cristo*, Tomo I-III, Edições Paulinas, São Paulo, 1984.

- HÄRING, Bernhard, *Llamados a La Santidad*, Ed. Herder, Barcelona, 1985.
- HÄRING, Bernhard, *Minha Participação no Concílio Vaticano II*, *Revista Eclesiástica Brasileira*, Fasc. 214, (1994), 380-400.
- HÄRING, Bernhard, *La mia vita come redentorista*, in MCKEEVER Martin (Dir.), *Bernhard Häring. Un redentorista felice*, Editiones Academiae Alfonsianae, Roma, 2008, 95-111.
- HERNANDEZ, José Bullón, *Liberación cristiana y dignidade humana*, *Moralia XXVI* – 2003/2-3, 475-494.
- POUPARD, Paul, *El horizonte de la libertad*, Ed. Ciudad Nueva, Madrid, 1994.
- QUARANTA, Giuseppe, *La Cultura pieno sviluppo dell'umano. Il concetto e la funzione della cultura nel pensiero di Bernhard Häring*, Editiones Academiae Alfonsianae, Roma, 2006.
- ROSÁRIO, Manuel António, *Discernimento dos sinais dos tempos e consciência moral*, Ed. U.C.P. – Porto; Fundação Eng. António de Almeida, Porto, 1999.
- SCHURR, Victor; VIDAL, Marciano, *Bernard Häring y su nueva Teología Moral Católica*, Ed. Covarrubias, Madrid, 1989.
- TRIGO, Jerónimo, *A consciência moral e a sua formação*, in *Questão Ética e Fé Cristã II*, Ed. Verbo, Lisboa, (1989), 149-181.
- TRIGO, Jerónimo, *A Teologia Moral no Concílio Vaticano II e no período posterior*, in *Ética: Consciência e Verdade*, Ed. Faculdade de Teologia, Lisboa, (2001), 107-144.
- TRIGO, Jerónimo, *Moral, Ética e Teologia Moral*, apontamentos para os alunos, UCP, Lisboa, 2003.
- VEREECKE, Louis, *História da Teologia Moral*, in F. Compagnoni – G. Piana – S. Priviter, (orgs), *Dicionário de Teologia Moral*, Ed. Paulus, São Paulo, 1997, 564-583.

VIDAL, Marciano, *Moral de Actitudes, 1, Moral Fundamental*, PS Editorial, Madrid, 1991.

VIDAL, Marciano, *Evocación de Bernhard Häring, Renovador de la Teología Moral*, *Moralia*, XXI (1998-4), 467-500.

VIDAL, Marciano; B. Häring, *Un Renovador de la Moral Católica*, Ed. Perpetuo Socorro, Madrid, 1999.

VIDAL, Marciano; *Diccionario de Ética Teológica*, Ed. Verbo Divino, Estella, 2000.

VIDAL, Marciano, *Concilio Vaticano II y Teología Pública. Un "nuevo estilo" de ser Cristiano en el mundo*, Editorial Perpetuo Socorro, Madrid, 2012.

Bibliografia usada, mas não citada

BENTO XVI, *Caritas in Veritate*, Ed. Paulus, Lisboa, 2009.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, *Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação*, Ed. A.O.-Braga; 1984.

CUNHA, Jorge Teixeira, *Ética Teológica Fundamental*, Ed. Universidade Católica, Lisboa, 2009.

DEMMER, Klaus, *Introduzione Alla Teologia Morale*, Ed. Piemme, Casale Monferrato, 1993.

FARIAS, Jacinto Ferreira, *Religião e Violência: Contributo para uma Leitura Teológica*, *Didaskalia*, XXXII (2002), 83-97.

FUCKS, Eric; *L'éthique chrétienne*, Ed. Labor et Fides, Genève, 2003.

GERARDI, Renzo, *Storia della Morale*, Ed. Dehoniane, Bologna, 2003.

HÄRING, Bernhard, *A moral das bem-aventuranças*, Ed. Paulinas, Lisboa, 1968.

HÄRING, Bernhard, *Teologia morale verso il terzo millennio*, Ed. Morcelliana, Brescia, 1989.

- HÄRING, Bernhard, *La Théologie Morale*, Ed. Du Cerf, Paris, 1992.
- HÄRING, Bernhard, *È tutto in gioco*, Ed. Queriniana, Brescia, 1994.
- HERVADA, Javier, *La Ley del Pueblo de Dios como Ley para la Libertad*, in Atti del Congresso Internazionale di Teologia Morale, *Persona Verità E Morale*, Ed. Città Nuova, Roma, 1987, 379-393.
- MORENO, Fernando, *Justicia y Caridad*, in Atti del Congresso Internazionale di Teologia Morale, *Persona Verità E Morale*, Ed. Città Nuova, Roma, 1987, 417-425.
- LUIS, González, *Entre la utopía y la realidad*; Ed. Sal Terrae; España, 1998.
- MARIANI, Andrea, *Agire Morale e Vissuto Spirituale*, Ed. Libreria Editrice Vaticana, Roma, 2004.
- MIER, Vicente Gómez, *La Refundacion de la Moral Catolica*, Ed. Verbo Divino, Estella, 1995.
- MOSER, Antônio – LEERS, Bernardino, *Teologia Moral: Impasses e Alternativas*, Ed. Petrópolis, Brasil, 1987.
- PIANA, Giannino, *L'agire Morale*, Ed. Marzano, Assisi, 2001.
- PIGHIN, Bruno Fábio, *I fondamenti della morale cristiana*, Ed. Dehoniane, Bologna, 2001.
- QUEREJAZU, Javier, *Interculturalidad e inculturación en B. Häring*, *Moralia*, XXII (1999-4), 443-464.
- ROSÁRIO, Manuel António, *Peregrinação e Encarnação*, *Eborensia*, Revista do Instituto Superior de Teologia de Évora, Évora, Ano XXIV (2011) n° 45, 87-112.
- RUBIO, Miguel – GARCÍA, Vicente – MIER, Vicente G.; *La Ética Cristiana Hoy: Horizontes De Sentido*, Ed. Perpetuo Socorro, Madrid, 2003.
- TULLO, Goffi – GIANNINO Piana, *Corso di Morale*, Vol. I, Ed. Queriniana, Brescia, 1989.

VALADIER, Paul, *Um Cristianismo de Futuro*, Ed. Piaget, Lisboa, 1999.

VIDAL, Marciano, *El paradigma disciplinar de la Teología moral*, *Moralia*, XXII (1999-4), 401-406.

